

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/04/2025 à 31/03/2026	9
DMPL - 01/04/2024 à 31/03/2025	10
DMPL - 01/04/2023 à 31/03/2024	11
Demonstração de Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
Balanço Patrimonial Passivo	16
Demonstração do Resultado	18
Demonstração do Resultado Abrangente	19
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	20

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/04/2025 à 31/03/2026	21
DMPL - 01/04/2024 à 31/03/2025	22
DMPL - 01/04/2023 à 31/03/2024	23
Demonstração de Valor Adicionado	24

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	26
---	----

Notas Explicativas	47
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	86
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	89
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	90
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	91

Índice

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	92
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	93

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	320.748.000
Preferenciais	0
Total	320.748.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/03/2026	Penúltimo Exercício 31/03/2025	Antepenúltimo Exercício 31/03/2024
1	Ativo Total	1.715.097	1.445.163	1.192.757
1.01	Ativo Circulante	728.342	683.438	556.626
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	326.791	324.535	226.348
1.01.02	Aplicações Financeiras	354.358	304.617	294.176
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	354.358	304.617	294.176
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	354.358	304.617	294.176
1.01.03	Contas a Receber	6.287	9.857	19.405
1.01.03.01	Clientes	6.287	9.857	19.405
1.01.04	Estoques	22.599	9.377	11.173
1.01.05	Ativos Biológicos	0	0	1.204
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.284	27.305	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.284	27.305	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	10.023	7.747	4.320
1.01.08.03	Outros	10.023	7.747	4.320
1.02	Ativo Não Circulante	986.755	761.725	636.131
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	75.387	68.403	77.028
1.02.01.04	Contas a Receber	24.246	23.921	25.129
1.02.01.04.01	Clientes	24.246	23.921	25.129
1.02.01.07	Tributos Diferidos	27.642	28.362	28.795
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	27.642	28.362	28.795
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	23.499	16.120	23.104
1.02.01.10.03	Depósito judicial	993	1.186	1.453
1.02.01.10.04	Outros ativos	11.581	9.887	15.463
1.02.01.10.05	Imposto a recuperar	10.925	5.047	6.188
1.02.02	Investimentos	1.314	2.221	3.041
1.02.02.01	Participações Societárias	1.314	2.221	3.041
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.314	2.221	3.041
1.02.03	Imobilizado	282.129	164.575	117.205

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/03/2026	Penúltimo Exercício 31/03/2025	Antepenúltimo Exercício 31/03/2024
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	249.668	131.239	89.700
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	32.461	33.336	27.505
1.02.04	Intangível	627.925	526.526	438.857
1.02.04.01	Intangíveis	627.925	526.526	438.857
1.02.04.01.02	Intangível	627.925	526.526	438.857

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/03/2026	Penúltimo Exercício 31/03/2025	Antepenúltimo Exercício 31/03/2024
2	Passivo Total	1.715.097	1.445.163	1.192.757
2.01	Passivo Circulante	166.936	121.913	110.922
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	52.635	46.290	40.193
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	52.635	46.290	40.193
2.01.02	Fornecedores	48.566	23.463	19.504
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	48.566	23.463	19.504
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.911	1.344	2.632
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.911	1.344	2.632
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.911	1.344	2.632
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	12.646	10.649	7.903
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	749	665	110
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	749	665	110
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	11.897	9.984	7.793
2.01.05	Outras Obrigações	46.684	36.765	38.030
2.01.05.02	Outros	46.684	36.765	38.030
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	46.684	36.765	38.030
2.01.06	Provisões	3.494	3.402	2.660
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	914	957	926
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	914	957	926
2.01.06.02	Outras Provisões	2.580	2.445	1.734
2.01.06.02.04	Outras provisões	2.580	2.445	1.734
2.02	Passivo Não Circulante	261.068	197.081	102.204
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	199.622	157.665	94.896
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	178.982	134.767	74.325
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	178.982	134.767	74.325
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	20.640	22.898	20.571
2.02.04	Provisões	6.713	6.539	7.308
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.713	6.539	7.308

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/03/2026	Penúltimo Exercício 31/03/2025	Antepenúltimo Exercício 31/03/2024
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	364	650	1.362
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	6.349	5.889	5.946
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	54.733	32.877	0
2.03	Patrimônio Líquido	1.287.093	1.126.169	979.631
2.03.01	Capital Social Realizado	812.203	562.203	562.203
2.03.02	Reservas de Capital	22.048	17.918	12.630
2.03.02.04	Opções Outorgadas	22.048	17.918	12.630
2.03.04	Reservas de Lucros	450.282	543.336	402.905
2.03.04.01	Reserva Legal	46.028	35.204	26.420
2.03.04.02	Reserva Estatutária	355.818	484.561	376.485
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	48.436	23.571	0
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	2.560	2.712	1.893

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/04/2025 à 31/03/2026	Penúltimo Exercício 01/04/2024 à 31/03/2025	Antepenúltimo Exercício 01/04/2023 à 31/03/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	470.580	422.648	382.068
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-153.211	-135.641	-121.645
3.03	Resultado Bruto	317.369	287.007	260.423
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-147.188	-154.507	-109.738
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-142.903	-126.874	-109.935
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	1.609	-21.787	5.642
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-5.894	-5.846	-5.445
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	170.181	132.500	150.685
3.06	Resultado Financeiro	81.276	53.884	49.217
3.06.01	Receitas Financeiras	98.646	65.782	53.422
3.06.02	Despesas Financeiras	-17.370	-11.898	-4.205
3.06.02.01	Variação cambial líquida	-200	-124	-47
3.06.02.02	Despesas financeiras	-17.170	-11.774	-4.158
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	251.457	186.384	199.902
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-34.983	-10.707	-47.595
3.08.01	Corrente	-34.263	-10.274	-44.786
3.08.02	Diferido	-720	-433	-2.809
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	216.474	175.677	152.307
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	216.474	175.677	152.307
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,6749	0,5477	0,4748

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/04/2025 à 31/03/2026	Penúltimo Exercício 01/04/2024 à 31/03/2025	Antepenúltimo Exercício 01/04/2023 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	216.474	175.677	152.307
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-152	819	575
4.02.01	Efeito de conversão de moeda estrangeira	-249	477	-85
4.02.02	Perdas atuarias com plano de befcios	97	342	660
4.03	Resultado Abrangente do Período	216.322	176.496	152.882

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/04/2025 à 31/03/2026	Penúltimo Exercício 01/04/2024 à 31/03/2025	Antepenúltimo Exercício 01/04/2023 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	335.678	266.867	217.125
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	315.543	272.739	220.795
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	20.135	-5.872	-3.670
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-314.901	-180.082	-262.483
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-18.521	11.402	38.818
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.256	98.187	-6.540
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	324.535	226.348	232.888
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	326.791	324.535	226.348

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/04/2025 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	562.203	0	561.255	0	2.712	1.126.170
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	562.203	0	561.255	0	2.712	1.126.170
5.04	Transações de Capital com os Sócios	250.000	0	-260.202	-45.197	0	-55.399
5.04.01	Aumentos de Capital	250.000	0	-250.000	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	4.130	0	0	4.130
5.04.06	Dividendos	0	0	-14.332	0	0	-14.332
5.04.08	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-45.197	0	-45.197
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	216.474	-152	216.322
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	216.474	0	216.474
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-152	-152
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-249	-249
5.05.02.06	Perdas atuariais	0	0	0	0	97	97
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	171.277	-171.277	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	171.277	-171.277	0	0
5.07	Saldos Finais	812.203	0	472.330	0	2.560	1.287.093

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/04/2024 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	562.203	0	415.535	0	1.893	979.631
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	562.203	0	415.535	0	1.893	979.631
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	5.872	-35.830	0	-29.958
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	5.288	0	0	5.288
5.04.06	Dividendos	0	0	584	-35.830	0	-35.246
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	175.677	819	176.496
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	175.677	0	175.677
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	819	819
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	477	477
5.05.02.06	Perdas atuariais	0	0	0	0	342	342
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	139.847	-139.847	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	139.847	-139.847	0	0
5.07	Saldos Finais	562.203	0	561.254	0	2.712	1.126.169

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/04/2023 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	562.203	0	299.079	0	1.318	862.600
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	562.203	0	299.079	0	1.318	862.600
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	322	-36.173	0	-35.851
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	0	2.190	0	0	2.190
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	-1.868	0	0	-1.868
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-36.173	0	-36.173
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	152.307	575	152.882
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	152.307	0	152.307
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	575	575
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-85	-85
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	660	660
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	116.134	-116.134	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	116.134	-116.134	0	0
5.07	Saldos Finais	562.203	0	415.535	0	1.893	979.631

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/04/2025 à 31/03/2026	Penúltimo Exercício 01/04/2024 à 31/03/2025	Antepenúltimo Exercício 01/04/2023 à 31/03/2024
7.01	Receitas	722.797	620.875	422.175
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	503.569	445.315	398.927
7.01.02	Outras Receitas	13.459	18.795	20.090
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	213.823	164.615	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-8.054	-7.850	3.158
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-253.482	-232.508	-96.888
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-161.079	-144.934	-48.462
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-64.222	-62.876	-49.377
7.02.04	Outros	-28.181	-24.698	951
7.03	Valor Adicionado Bruto	469.315	388.367	325.287
7.04	Retenções	-53.280	-46.370	-35.173
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-53.280	-46.370	-35.173
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	416.035	341.997	290.114
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	93.363	59.818	47.500
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-5.894	-5.846	-5.445
7.06.02	Receitas Financeiras	98.646	65.782	53.422
7.06.03	Outros	611	-118	-477
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	509.398	401.815	337.614
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	509.398	401.815	337.614
7.08.01	Pessoal	193.414	162.040	97.035
7.08.01.01	Remuneração Direta	121.231	102.160	50.489
7.08.01.02	Benefícios	63.497	53.027	40.362
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.686	6.853	6.184
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	82.140	52.200	84.066
7.08.02.01	Federais	81.226	51.866	84.066
7.08.02.02	Estaduais	914	334	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	17.370	11.898	4.206
7.08.03.01	Juros	17.170	11.774	4.158

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/04/2025 à 31/03/2026	Penúltimo Exercício 01/04/2024 à 31/03/2025	Antepenúltimo Exercício 01/04/2023 à 31/03/2024
7.08.03.03	Outras	200	124	48
7.08.03.03.01	Variação cambial líquida	200	124	48
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	216.474	175.677	152.307
7.08.04.02	Dividendos	45.196	36.109	36.173
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	171.278	139.568	116.134

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/03/2026	Penúltimo Exercício 31/03/2025	Antepenúltimo Exercício 31/03/2024
1	Ativo Total	1.719.526	1.447.937	1.194.677
1.01	Ativo Circulante	728.937	684.226	558.336
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	327.031	324.775	227.402
1.01.02	Aplicações Financeiras	354.358	304.617	294.176
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	354.358	304.617	294.176
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	354.358	304.617	294.176
1.01.03	Contas a Receber	6.287	9.857	19.405
1.01.03.01	Clientes	6.287	9.857	19.405
1.01.04	Estoques	22.599	9.377	11.173
1.01.05	Ativos Biológicos	0	0	1.204
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.284	27.305	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.284	27.305	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	10.378	8.295	4.976
1.01.08.03	Outros	10.378	8.295	4.976
1.02	Ativo Não Circulante	990.589	763.711	636.341
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	75.387	68.403	77.028
1.02.01.04	Contas a Receber	24.246	23.921	25.129
1.02.01.04.01	Clientes	24.246	23.921	25.129
1.02.01.07	Tributos Diferidos	27.642	28.362	28.795
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	27.642	28.362	28.795
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	23.499	16.120	23.104
1.02.01.10.03	Imposto a recuperar	10.925	5.047	6.188
1.02.01.10.04	Depósitos judiciais	993	1.186	1.453
1.02.01.10.05	Outros	11.581	9.887	15.463
1.02.03	Imobilizado	287.126	168.608	120.202
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	250.751	133.082	92.067
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	36.375	35.526	28.135
1.02.04	Intangível	628.076	526.700	439.111

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/03/2026	Penúltimo Exercício 31/03/2025	Antepenúltimo Exercício 31/03/2024
1.02.04.01	Intangíveis	628.076	526.700	439.111
1.02.04.01.02	Intangível	628.076	526.700	439.111

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/03/2026	Penúltimo Exercício 31/03/2025	Antepenúltimo Exercício 31/03/2024
2	Passivo Total	1.719.526	1.447.937	1.194.677
2.01	Passivo Circulante	168.357	123.830	112.842
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	53.233	46.953	40.522
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	53.233	46.953	40.522
2.01.02	Fornecedores	49.558	24.491	21.810
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	49.558	24.491	21.810
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.911	1.344	2.632
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.911	1.344	2.632
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.911	1.344	2.632
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	13.809	12.060	8.656
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	749	665	110
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	749	665	110
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	13.060	11.395	8.546
2.01.05	Outras Obrigações	46.684	36.765	38.030
2.01.05.02	Outros	46.684	36.765	38.030
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	46.684	36.765	38.030
2.01.06	Provisões	2.162	2.217	1.192
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	914	957	926
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	914	957	926
2.01.06.02	Outras Provisões	1.248	1.260	266
2.01.06.02.04	Outras provisões	1.248	1.260	266
2.02	Passivo Não Circulante	264.076	197.938	102.204
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	202.630	158.522	94.896
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	178.982	134.767	74.325
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	178.982	134.767	74.325
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	23.648	23.755	20.571
2.02.04	Provisões	6.713	6.539	7.308
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.713	6.539	7.308

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/03/2026	Penúltimo Exercício 31/03/2025	Antepenúltimo Exercício 31/03/2024
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	364	650	1.362
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	6.349	5.889	5.946
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	54.733	32.877	0
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar	54.733	32.877	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.287.093	1.126.169	979.631
2.03.01	Capital Social Realizado	812.203	562.203	562.203
2.03.02	Reservas de Capital	22.048	17.918	12.630
2.03.02.04	Opções Outorgadas	22.048	17.918	12.630
2.03.04	Reservas de Lucros	450.282	543.336	402.905
2.03.04.01	Reserva Legal	46.028	35.204	26.420
2.03.04.02	Reserva Estatutária	0	0	376.485
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	355.818	484.561	0
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	48.436	23.571	0
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	1.893
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	2.560	2.712	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/04/2025 à 31/03/2026	Penúltimo Exercício 01/04/2024 à 31/03/2025	Antepenúltimo Exercício 01/04/2023 à 31/03/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	470.580	422.648	382.068
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-156.249	-139.293	-127.130
3.03	Resultado Bruto	314.331	283.355	254.938
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-143.819	-150.519	-104.159
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-142.903	-126.874	-109.935
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-916	-23.645	5.776
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	170.512	132.836	150.779
3.06	Resultado Financeiro	80.945	53.548	49.123
3.06.01	Receitas Financeiras	98.646	65.785	53.422
3.06.02	Despesas Financeiras	-17.701	-12.237	-4.299
3.06.02.01	Variação cambial líquida	-200	-124	-47
3.06.02.02	Despesas financeiras	-17.501	-12.113	-4.252
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	251.457	186.384	199.902
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-34.983	-10.707	-47.595
3.08.01	Corrente	-34.263	-10.274	-44.786
3.08.02	Diferido	-720	-433	-2.809
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	216.474	175.677	152.307
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	216.474	175.677	152.307
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	216.474	175.677	152.307
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,6715	0,5453	0,4748

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/04/2025 à 31/03/2026	Penúltimo Exercício 01/04/2024 à 31/03/2025	Antepenúltimo Exercício 01/04/2023 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	216.474	175.677	152.307
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-152	819	575
4.02.01	Efeito de conversão de moeda estrangeira	-249	477	-85
4.02.02	Perdas atuarias com plano de befcios	97	342	660
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	216.322	176.496	152.882
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	216.322	176.496	152.882

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/04/2025 à 31/03/2026	Penúltimo Exercício 01/04/2024 à 31/03/2025	Antepenúltimo Exercício 01/04/2023 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	332.172	262.733	214.696
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	311.712	270.342	218.098
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	20.460	-7.609	-3.402
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-310.057	-175.056	-258.884
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-19.610	9.219	37.803
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-249	477	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.256	97.373	-6.385
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	324.775	227.402	233.787
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	327.031	324.775	227.402

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/04/2025 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	562.203	0	561.255	0	2.712	1.126.170	0	1.126.170
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	562.203	0	561.255	0	2.712	1.126.170	0	1.126.170
5.04	Transações de Capital com os Sócios	250.000	0	-260.202	-45.197	0	-55.399	0	-55.399
5.04.01	Aumentos de Capital	250.000	0	-250.000	0	0	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	4.130	0	0	4.130	0	4.130
5.04.06	Dividendos	0	0	-14.332	0	0	-14.332	0	-14.332
5.04.08	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-45.197	0	-45.197	0	-45.197
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	216.474	-152	216.322	0	216.322
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	216.474	0	216.474	0	216.474
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-152	-152	0	-152
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-249	-249	0	-249
5.05.02.06	Perdas atuariais	0	0	0	0	97	97	0	97
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	171.277	-171.277	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	171.277	-171.277	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	812.203	0	472.330	0	2.560	1.287.093	0	1.287.093

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/04/2024 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	562.203	415.535	0	0	1.893	979.631	0	979.631
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	562.203	415.535	0	0	1.893	979.631	0	979.631
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	5.872	0	-35.830	0	-29.958	0	-29.958
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	5.288	0	0	0	5.288	0	5.288
5.04.06	Dividendos	0	584	0	-35.830	0	-35.246	0	-35.246
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	175.677	0	175.677	0	175.677
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	175.677	0	175.677	0	175.677
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	139.847	0	-139.847	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	139.847	0	-139.847	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	562.203	561.254	0	0	1.893	1.125.350	0	1.125.350

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/04/2023 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	562.203	0	299.080	0	1.318	862.601	0	862.601
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	562.203	0	299.080	0	1.318	862.601	0	862.601
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	322	-36.173	0	-35.851	0	-35.851
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	0	2.190	0	0	2.190	0	2.190
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	-1.868	0	0	-1.868	0	-1.868
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-36.173	0	-36.173	0	-36.173
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	152.307	575	152.882	0	152.882
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	152.307	0	152.307	0	152.307
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	575	575	0	575
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-85	-85	0	-85
5.05.02.06	Perdas atuariais com plano de benefícios definidos	0	0	0	0	660	660	0	660
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	116.134	-116.134	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	116.134	-116.134	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	562.203	0	415.536	0	1.893	979.632	0	979.632

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/04/2025 à 31/03/2026	Penúltimo Exercício 01/04/2024 à 31/03/2025	Antepenúltimo Exercício 01/04/2023 à 31/03/2024
7.01	Receitas	722.797	620.875	422.175
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	503.569	445.315	398.927
7.01.02	Outras Receitas	13.459	18.795	20.090
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	213.823	164.615	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-8.054	-7.850	3.158
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-256.982	-234.568	-99.404
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-159.225	-142.058	-45.478
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-69.576	-67.812	-54.877
7.02.04	Outros	-28.181	-24.698	951
7.03	Valor Adicionado Bruto	465.815	386.307	322.771
7.04	Retenções	-55.347	-49.534	-37.682
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-55.347	-49.534	-37.682
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	410.468	336.773	285.089
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	99.258	65.670	53.422
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	612	-115	0
7.06.02	Receitas Financeiras	98.646	65.785	53.422
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	509.726	402.443	338.511
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	509.726	402.443	338.511
7.08.01	Pessoal	193.410	162.329	97.361
7.08.01.01	Remuneração Direta	121.231	102.160	50.489
7.08.01.02	Benefícios	63.493	53.316	40.688
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.686	6.853	6.184
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	82.141	52.200	84.544
7.08.02.01	Federais	81.227	51.866	84.065
7.08.02.02	Estaduais	914	334	479
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	17.701	12.237	4.299
7.08.03.01	Juros	17.501	12.113	4.252
7.08.03.03	Outras	200	124	47

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/04/2025 à 31/03/2026	Penúltimo Exercício 01/04/2024 à 31/03/2025	Antepenúltimo Exercício 01/04/2023 à 31/03/2024
7.08.03.03.01	Variação cambial líquida	200	124	47
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	216.474	175.677	152.307
7.08.04.02	Dividendos	45.196	36.109	36.173
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	171.278	139.568	116.134

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Release de Resultados Safrá 2025/26



CENTRO DE
TECNOLOGIA CANAVIEIRA

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Destaques

- **Receita líquida de R\$ 470,6 milhões** na safra, 11,3% superior a 2024/25
 - **EBITDA de R\$ 218,7 milhões** no período, 10,4% acima de 2024/25
 - **Margem EBITDA de 46,5%**, mesmo patamar de 2024/25
 - **Investimentos em P&D¹ de R\$ 268,0 milhões**, 14,6% acima de 2024/25
- **Lucro líquido de R\$ 216,5 milhões**, +23,2% vs 2024/25
 - **Expansão da Margem líquida de +4,4p.p.** vs 2024/25, atingindo **46,0%**
 - Posição de **Caixa líquido** robusta, na ordem de **R\$ 501,7 MM**, **1,6%** acima vs 2024/25
 - **CapEx de R\$ 139,0 milhões** em 2025/26, 142,4% superior a 2024/25
- **Market share² atingiu 32% do plantio**, um incremento de +6,0p.p. vs 2024/25
 - **81% do plantio feito com variedades recentes**, com **268 usuários de CTCAdvana1**
 - **Aprovação da VerdPRO2**, nova geração de biotecnologia do CTC, **pela CTNBio**
 - **Lançamento da segunda variedade da série CTCAdvana**, com 10% de ganho de produtividade
 - **Inauguração da UPS**, Unidade de Produção de Sementes Sintéticas, investimento de **R\$ 100MM**

1 - Inclui o Intangível 2 – Apenas variedades protegidas e sobre a base de clientes

Resumo Financeiro

A safra 2025/26 consolidou um ciclo de crescimento rentável, com alta de 11,3% na receita líquida, expansão de 10,4% no EBITDA e avanço de 23,2% no lucro líquido, refletindo ganhos consistentes de eficiência operacional e disciplina na gestão de custos. Os investimentos em P&D totalizaram R\$ 268 milhões, direcionados a melhoramento genético, biotecnologia, Sementes Sintéticas e ao lançamento de novas variedades. O Capex atingiu R\$ 139,0 milhões (+142,4%), concentrado na inauguração da UPS, ampliação de laboratórios e estruturação de novos polos produtivos. Mesmo diante da aceleração desses aportes, a Companhia manteve sólida geração de caixa e robustez financeira, reafirmando sua capacidade de financiar o crescimento com equilíbrio e sustentabilidade.

Em R\$ mil	4T26	4T25	Var. R\$ mil	Var. %	2025/26	2024/25	Var. R\$ mil	Var. %
Receita líquida	120.977	113.525	+7.452	+6,6%	470.580	422.648	+47.932	+11,3%
Lucro Bruto	74.593	71.593	+3.000	+4,2%	314.331	283.355	+30.976	+10,9%
Margem Bruta	61,7%	63,1%	-	-1,4 p.p.	66,8%	67,0%	-	-0,2 p.p.
EBITDA	40.558	48.033	-7.475	-15,6%	218.721	198.165	+20.556	+10,4%
Margem EBITDA	33,5%	42,3%	-	-8,8 p.p.	46,5%	46,9%	-	-0,4 p.p.
Lucro Líquido	39.916	42.042	-2.126	-5,1%	216.474	175.677	+42.797	+23,2%
Margem Líquida	33,0%	37,0%	-	-4,0 p.p.	46,0%	41,6%	-	+4,4 p.p.
Investimentos em P&D	79.595	65.252	+14.343	+22,0%	268.035	233.908	+34.127	+14,6%
Caixa Líquido	501.658	493.960	+7.698	+1,6%	501.658	493.960	+7.698	+1,6%

Piracicaba, 27 de maio de 2026 (Segmento Básico (CTCA3), sem negociação). O CTC - Centro de Tecnologia Canavieira ("Companhia"), líder em soluções de melhoramento genético para o setor de cana-de-açúcar no Brasil e um dos mais renomados centros de biotecnologia aplicada à cana do mundo, anuncia hoje os resultados do quarto trimestre (4T26) e da safra 2025/26, que corresponde respectivamente aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2026 e a todo o período. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto onde indicado o contrário, estão apresentadas em Reais (R\$), seguem as normas contábeis internacionais (IFRS), Lei das S.A. e práticas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Mensagem da Administração**

Encerramos a safra 2025/26 com um desempenho financeiro sólido, refletindo a consistência da nossa execução e a capacidade de transformar inovação em crescimento rentável. Registramos receita líquida de R\$ 470,6 milhões, avanço de 11,3% em relação à safra anterior, com EBITDA de R\$ 218,7 milhões (+10,4%) e lucro líquido de R\$ 216,5 milhões, reforçando nossa capacidade de geração de valor com disciplina financeira e eficiência operacional.

Esse desempenho foi impulsionado pela evolução da nossa base comercial e pela maior penetração de produtos no campo. Alcançamos 32% de market share de plantio, um avanço de 6 pontos percentuais, refletindo o reconhecimento dos clientes à competitividade do nosso portfólio, à consistência dos resultados agronômicos e à qualidade da nossa execução.

No campo estratégico, a safra foi marcada por importantes avanços tecnológicos. Destacamos a aprovação regulatória da primeira variedade da plataforma VerdPRO2, resistente à broca da cana e a herbicida, posicionando o CTC em um novo patamar de inovação e reforçando nossa liderança em biotecnologia aplicada à cana-de-açúcar.

Além disso, avançamos de forma consistente na renovação e aceleração do portfólio, com destaque para o lançamento da CTCAdvana2 e para o desempenho da CTC9006, reconhecida como a variedade mais plantada da safra. Esse movimento reforça nossa capacidade de gerar ganhos contínuos de produtividade e ampliar nossa presença no mercado.

Ao longo do trimestre, avançamos em uma das frentes estruturantes da nossa Visão 2040: a plataforma de Sementes Sintéticas. A inauguração da UPS (Unidade de Produção de Sementes Sintéticas) marcou o início da produção em escala e um avanço importante

na construção de uma nova lógica de plantio para a cana-de-açúcar, ampliando a eficiência operacional e acelerando a adoção de novas tecnologias no campo.

Mantivemos um elevado nível de investimento em inovação, com aportes de R\$ 268 milhões em P&D (+14,6%), direcionados ao avanço simultâneo das frentes de melhoramento genético, biotecnologia e sementes sintéticas. Esse esforço sustenta a evolução do nosso pipeline e reforça nossa capacidade de desenvolver soluções escaláveis, aplicáveis e conectadas aos desafios reais do setor.

Do ponto de vista financeiro, encerramos a safra com posição de caixa líquido robusta de R\$ 501,7 milhões, refletindo uma gestão disciplinada de capital e preservação de flexibilidade financeira. Adicionalmente, fortalecemos nossa estrutura de funding com a contratação de linha de crédito junto ao BNDES no valor de R\$ 84 milhões, em condições competitivas e alinhadas à nossa agenda de inovação.

Por fim, destacamos a conquista do 1º lugar no ranking GPTW Agronegócio, reconhecimento que reflete a qualidade do nosso time, nossa cultura de inovação e a capacidade de execução que sustenta os resultados alcançados.

Os resultados desta safra reforçam nossa convicção de que os próximos ganhos de produtividade do setor virão da convergência entre genética, biotecnologia e novos sistemas de multiplicação. Seguimos comprometidos com uma execução disciplinada e com a continuidade dos investimentos que sustentam essa transformação.

César Barros
CEO do CTC

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Panorama do Setor Sucroenergético**

A safra brasileira de cana-de-açúcar 2025/26 encerrou-se com 673,2 milhões de toneladas processadas, recuo de 0,5% ante o ciclo anterior. A queda foi impulsionada pela redução na produtividade média (TCH), que atingiu 75.188 kg/há (-2,6% vs 2024/25), parcialmente compensada pela expansão da área disponível à colheita (+2,1%).

O menor TCH reflete o processo de recuperação dos canaviais que enfrentaram condições climáticas adversas, com restrições hídricas, altas temperaturas e focos de incêndio, durante a safra 2024/25, cujos efeitos se estenderam ao desenvolvimento das lavouras no ciclo seguinte (2025/26).

Esses mesmos fatores também impactaram o ATR, pressionando os índices de qualidade da matéria-prima ao longo da safra. O ATR (Açúcar Total Recuperável), alcançou 137,79 kg/t, retração de 2,3% ante o ciclo anterior.

A produção brasileira de açúcar atingiu 44,2 milhões de toneladas, avanço marginal de 0,1% ante a safra anterior. O crescimento foi limitado pela menor disponibilidade de matéria-prima, embora o mercado externo favorável ao adoçante tenha sustentado a atratividade da produção açucareira até o terceiro trimestre. O mix açucareiro encerrou o ciclo em 50,4%.

A produção de etanol derivado de cana-de-açúcar no Brasil, teve recuo de 6,9%, totalizando 27,3 bilhões de litros.

A paridade etanol hidratado/gasolina manteve-se favorável ao biocombustível em diversos estados ao longo da safra, especialmente em MT, MS, PR, SP e GO, onde o etanol apresentou-se mais competitivo (paridade abaixo de 70%). A entrada do E30 em agosto de 2025 ampliou a demanda por etanol anidro, contribuindo para o crescimento nas vendas acumuladas do produto.

Fontes: CONAB, UNICA, ANP, Bloomberg, CEPEA, CTC



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Highlights



Maior participação de mercado e lançamento de variedade

- Na safra 2025/26, aumentamos nosso share de plantio¹ em 6,0 pontos percentuais, passando de 26% para 32%, com 81% do plantio feito com variedades mais recentes, lançadas a partir de 2020.
- A variedade CTCAdvana1, primeiro lançamento da série CTC Advana, atingiu a marca de 268 usuários na safra, sendo o maior e mais acelerado lançamento da nossa história.
- Lançamento da variedade CTCAdvana2, com +10% de produtividade frente aos padrões de mercado e direcionada a regiões restritivas, ampliando a resiliência do portfólio.

1 - Apenas variedades protegidas e sobre a base de clientes

Principais entregas do P&D

- Aprovação regulatória junto à CTNBio da primeira variedade da plataforma VerdPRO2, com resistência à broca da cana e herbicida.
- Transformação de 4 variedades da plataforma de biotecnologia VerdPRO2.
- Inauguração da UPS, Unidade de Produção de Sementes Sintéticas, com plantio de 20 hectares em 8 locais finalizado com bons níveis de estabelecimento.

Pipeline de P&D (Resultados da Safra 2025/26)



GENÉTICA

- Lançamentos de 4 novas variedades, contando com a segunda da série CTCAdvana, Tecna3902 e 2 específicas para a região Nordeste.
- Plantio com 81% de variedades novas.
- Descoberta do agente causal da Síndrome da Murcha.



BIOTECH

- 2 novas variedades convertidas para VerdPRO2, tendo 14 ao todo
- Descoberta de duas novas proteínas com atividade comprovada contra Sphenophorus, fortalecendo o pipeline com novas oportunidades de inovação e diferentes mecanismos de ação.
- +25 novos vetores em teste em planta para Sphenophorus.



SEMENTES SINTÉTICAS

- Construção concluída da UPS, unidade de produção de Sementes Sintéticas.
- Conclusão do plantio dos 20 hectares de teste em 8 lugares.

Resultados Financeiros



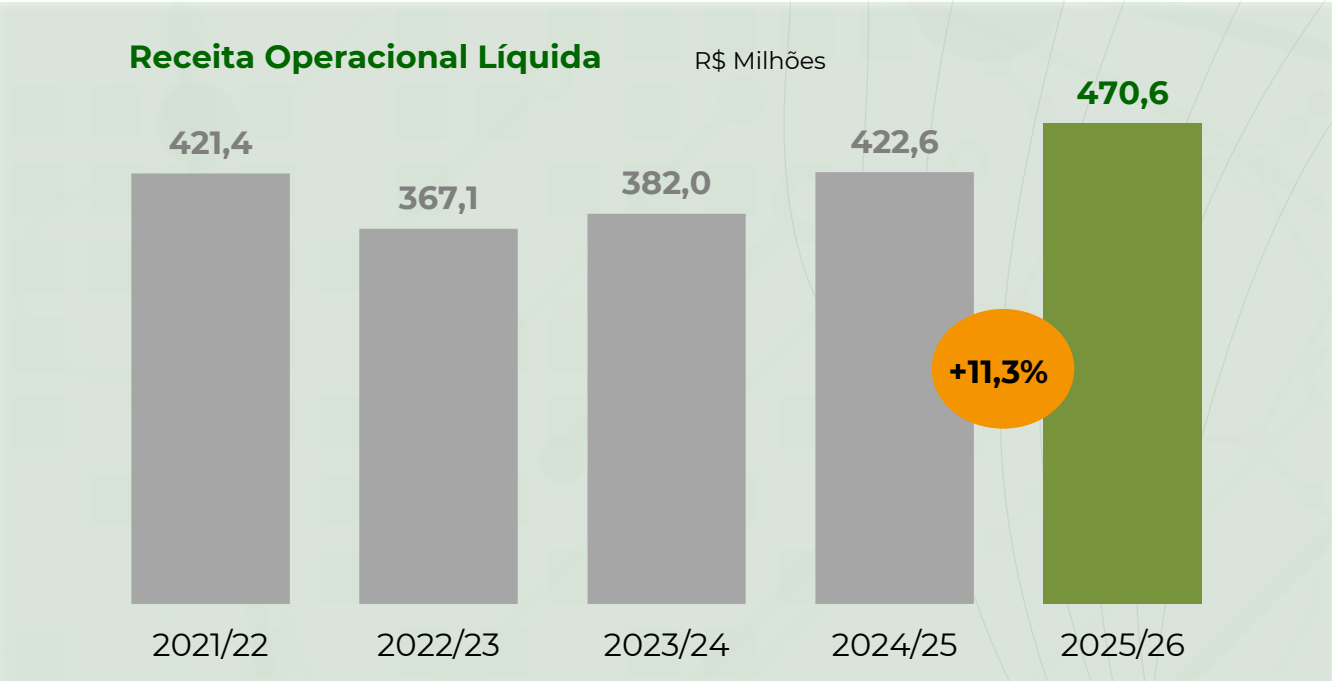
Receita Líquida

Em R\$ mil	4T26	4T25	Var. R\$ mil	Var. %	2025/26	2024/25	Var. R\$ mil	Var. %
Receita de royalties	125.540	118.061	+7.479	+6,3%	503.569	445.315	+58.254	+13,1%
Outras Receitas	7.065	6.504	+561	+8,6%	13.459	18.795	-5.336	-28,4%
Impostos (-)	(11.628)	(11.040)	-588	+5,3%	(46.448)	(41.462)	+4.986	+12,0%
Receita operacional líquida	120.977	113.525	+7.452	6,6%	470.580	422.648	+47.932	+11,3%

As receitas de royalties decorrem do licenciamento de variedades de cana-de-açúcar CTC, tecnologias proprietárias da Companhia. Os royalties são reconhecidos em base mensal no resultado do exercício conforme o seguinte modelo adotado desde 2012: a área de plantio existente no início do ano safra (informada através do censo elaborado pelos clientes e confirmada pela equipe de vendas) é multiplicada por valor definido por variedade em contrato firmado entre as partes e corrigido pela inflação. A Lei de Proteção de Cultivares e a Lei de Propriedade Industrial (Lei de Patentes) permitem à Companhia a cobrança pelo licenciamento de variedades da cana-de-açúcar pelos períodos de 15 e 20 anos, respectivamente.

A Companhia registrou receita operacional líquida de R\$ 470,6 milhões na safra 2025/26, crescimento de 11,3% em relação ao mesmo período do ciclo anterior.

O crescimento da receita na safra 2025/26 foi estrutural, impulsionado pelo maior volume e penetração das variedades mais recentes, com destaque para as regiões de Minas Gerais, Mato Grosso, Araçatuba e Nordeste. Adicionalmente, a receita com royalties avançou 13,1%, totalizando R\$ 503,6 milhões frente aos R\$ 445,3 milhões da safra 2024/25.

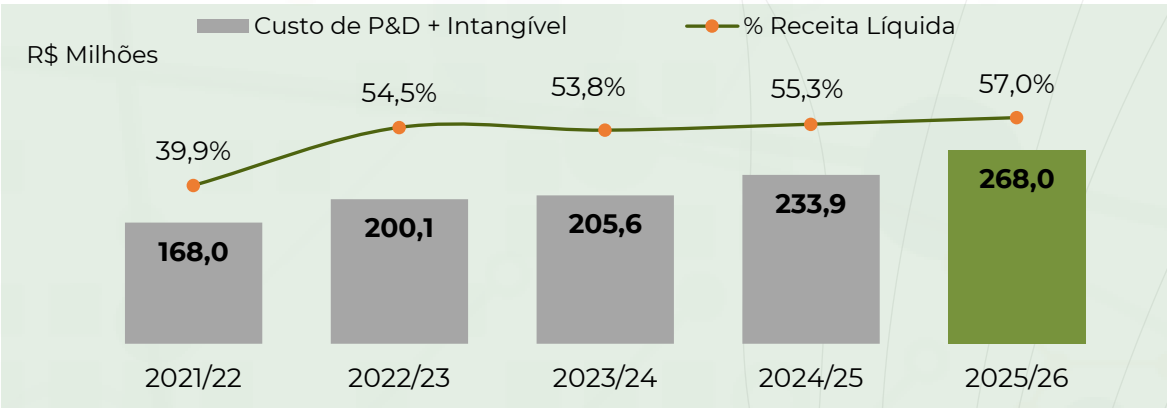


Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
Investimentos P&D

Em R\$ mil	4T26	4T25	Var. R\$ mil	Var. %	2025/26	2024/25	Var. R\$ mil	Var. %
Despesas com pessoal	33.100	28.770	+4.330	+15,1%	121.330	102.609	+18.721	+18,2%
Materiais e serviços gerais	38.518	27.697	+10.821	+39,1%	110.605	99.184	+11.421	+11,5%
Depreciação e amortização	7.977	8.785	-808	-9,2%	36.100	32.115	+3.985	+12,4%
Investimentos em P&D	79.595	65.252	+14.343	+22,0%	268.035	233.908	+34.127	+14,6%
Intangível (+)	(33.211)	(23.320)	+9.891	+42,4%	(111.786)	(94.615)	-17.171	+18,1%
Despesas totais de P&D, produtos e serviços prestados (=)	46.384	41.932	+4.452	+10,6%	156.249	139.293	+16.956	+12,2%

Os investimentos em P&D somaram R\$ 268,0 milhões (+14,6% vs. 2024/25), representando 57,0% da receita líquida (vs. 55,3% em 2024/25). A expansão decorreu do avanço simultâneo do portfólio de projetos em Melhoramento Genético, Biotecnologia e Sementes Sintéticas, com aumento de capacidade para execução, refletido em maiores despesas de pessoal (reforço de especialistas, incluindo a equipe dedicada à UPS) e incremento de materiais, serviços e infraestrutura, com atualização de equipamentos e melhorias laboratoriais.

Do ponto de vista de criação de valor, o maior investimento reforça a estratégia de acelerar entregas do pipeline e ampliar a robustez técnica. Em linha com esse avanço, os intangíveis cresceram 18,1%, refletindo a ativação de dispêndios elegíveis e a manutenção de um balanceamento de investimento entre as três frentes estratégicas ao longo do ano, o que contribui para diversificação tecnológica e mitigação de risco de execução.



Lucro Bruto

Em R\$ mil	4T26	4T25	Var. R\$ mil	Var. %	2025/26	2024/25	Var. R\$ mil	Var. %
Receita operacional líquida	120.977	113.525	+7.452	+6,6%	470.580	422.648	+47.932	+11,3%
Despesas totais de P&D, produtos e serviços prestados (-)	(46.384)	(41.932)	+4.452	+10,6%	(156.249)	(139.293)	+16.956	+12,2%
Lucro bruto (=)	74.593	71.593	+3.000	+4,2%	314.331	283.355	+30.976	+10,9%
<i>Margem bruta</i>	<i>61,7%</i>	<i>63,1%</i>	-	-1,4 p.p.	<i>66,8%</i>	<i>67,0%</i>	-	-0,2 p.p.

Na safra 2025/26, o lucro bruto foi de R\$ 314,3 milhões (+10,9% vs. 2024/25), com margem de 66,8% (-0,2 p.p. vs. 2024/25).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Despesas Operacionais

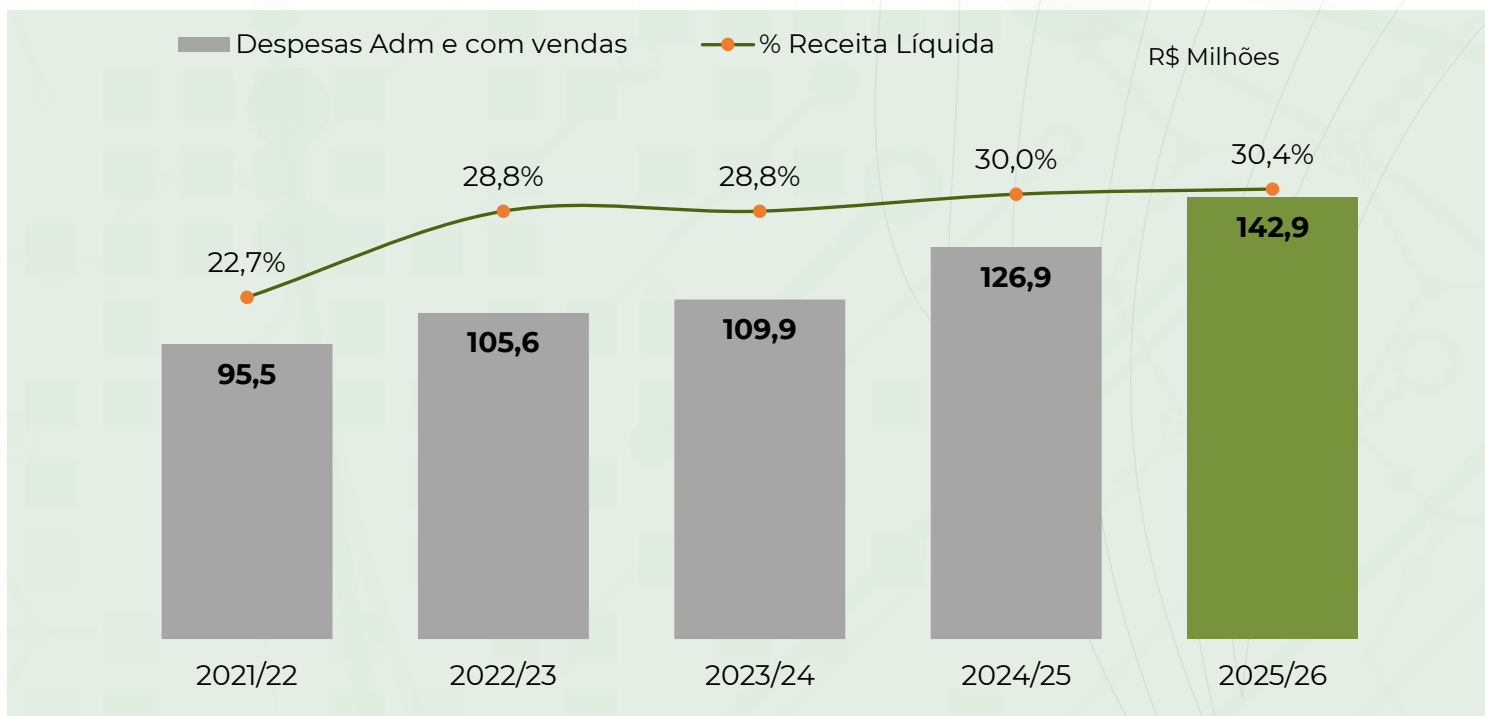
Em R\$ mil	4T26	4T25	Var. R\$ mil	Var. %	2025/26	2024/25	Var. R\$ mil	Var. %
Despesas administrativas e com vendas	(41.937)	(34.628)	-7.309	+21,1%	(142.903)	(126.874)	-16.029	+12,6%
Outras despesas (receitas)	(7.328)	(5.002)	-2.326	+46,5%	(916)	(23.645)	+22.729	-96,1%
Despesas Operacionais (=)	(49.265)	(39.630)	-9.635	+24,3%	(143.819)	(150.519)	+6.700	-4,5%
% Receita Líquida	40,7%	34,9%	-	+5,8 p.p.	30,4%	35,6%	-	-5,1 p.p.

Na safra 2025/26, a Companhia registrou R\$ 142,9 milhões em despesas administrativas e comerciais, aumento de 12,6% em relação ao ano anterior. A variação reflete, principalmente, a expansão das equipes comercial e operacional, em linha com a estratégia de fortalecimento organizacional para suportar a execução do plano de crescimento, a ampliação do portfólio e a consolidação de mercado.

Na linha de Outras despesas, o comparativo anual foi beneficiado por dois efeitos relevantes: (i) a safra anterior incorporou uma baixa contábil de aproximadamente R\$ 11 milhões, relacionada a gastos com consultorias jurídicas e financeiras associados ao processo preparatório para um potencial evento de liquidez (iniciado em 2020 e não concluído em função das condições de mercado); e (ii) o reconhecimento de créditos fiscais recuperados no 2T da safra 2025/26, que contribuiu para reduzir o nível líquido de despesas no período.

Dessa forma, as despesas operacionais totais atingiram R\$ 143,8 milhões (-4,5% vs. 2024/25), reduzindo seu peso para 30,4% da receita líquida (vs. 35,6%), o que indica diluição de despesas e melhora do grau de alavancagem operacional, apesar do aumento de custos recorrentes associado ao fortalecimento da estrutura.

Despesas Administrativas e com Vendas



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

EBITDA e Margem EBITDA

Em R\$ mil	4T26	4T25	Var. R\$ mil	Var. %	2025/26	2024/25	Var. R\$ mil	Var. %
Receita operacional líquida	120.977	113.525	+7.452	+6,6%	470.580	422.648	+47.932	+11,3%
Custo de P&D e serviços prestados (-)	(46.384)	(41.932)	-4.452	+10,6%	(156.249)	(139.293)	-16.956	+12,2%
Despesas administrativas e com vendas (-)	(41.937)	(34.628)	-7.309	+21,1%	(142.903)	(126.874)	-16.029	+12,6%
Lucro Operacional	32.656	36.965	-4.309	-11,7%	171.428	156.481	+14.947	+9,6%
Depreciação e amortização (+)	12.155	13.198	-1.043	-7,9%	55.347	46.370	+8.977	+19,4%
Outros ajustes (+)	(4.253)	(2.130)	-2.123	+99,7%	(8.054)	(7.850)	-204	+2,6%
EBITDA (=)	40.558	48.033	-7.475	-15,6%	218.721	198.165	+20.556	+10,4%
<i>Margem EBITDA</i>	33,5%	42,3%	-	-8,8 p.p.	46,5%	46,1%	-	-0,4 p.p.

O EBITDA não é uma medida contábil segundo o BR GAAP, as Normas Internacionais de Contabilidade ou o IFRS e não deve ser considerado isoladamente ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa ao fluxo de caixa operacional como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA de maneira diferente da aqui apresentada.

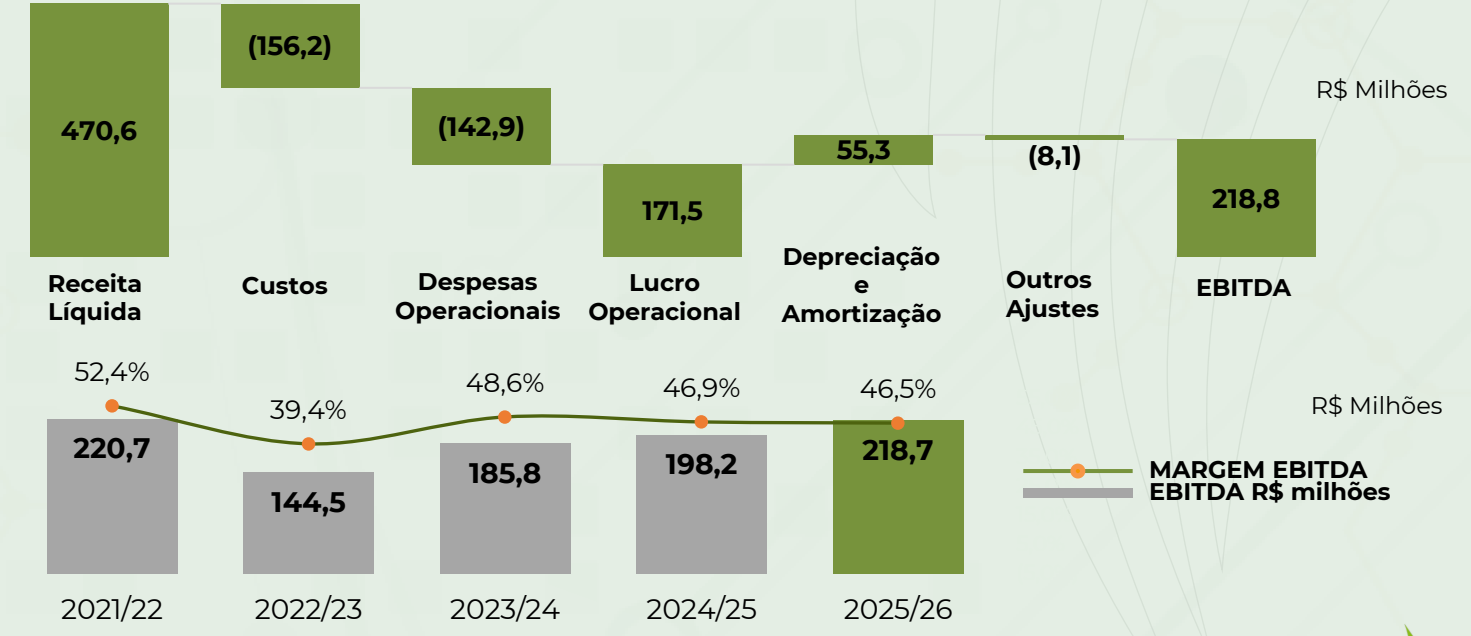
EBITDA

O EBITDA atingiu R\$ 218,7 milhões (+10,4% vs. 24/25), refletindo crescimento de receita, com maior participação de variedades novas no portfólio, o que favoreceu volumes e rentabilidade operacional. A margem EBITDA encerrou em 46,5% (-0,4 p.p.), em função da ampliação do quadro de pessoal tanto nos laboratórios quanto em campo, decorrentes da execução simultânea de projetos, da intensificação de iniciativas de P&D e do reforço do time comercial para ampliar ganhos de participação de mercado e aceleração de adoção do portfólio, alinhado à estratégia de expansão comercial, fortalecimento tecnológico e preparação das próximas alavancas de crescimento da Companhia.

No 4T26, o EBITDA totalizou R\$ 40,6 milhões (-15,6% vs. 4T25), refletindo principalmente a intensificação de iniciativas estratégicas ao longo do trimestre. O período concentrou esforços comerciais associados à importante janela de plantio da safra, com reforço das atividades de campo. Paralelamente, a Companhia avançou na execução do pipeline de inovação, com maior volume de ensaios e validações técnicas.

A safra reforça dois pilares importantes para a Companhia: a capacidade de monetização da inovação, evidenciada pelo aumento da penetração de materiais recentes, bem como do investimento em aumento de capacidade (pessoas e estrutura) sem deterioração das margens, ampliando a capacidade de execução e captura de oportunidades comerciais.

Evolutivo EBITDA 2025/26



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
 Resultado Financeiro

Em R\$ mil	4T26	4T25	Var. R\$ mil	Var. %	2025/26	2024/25	Var. R\$ mil	Var. %
Receita com aplicações financeiras	23.695	21.237	+2.458	+11,6%	84.558	59.336	+25.222	+42,5%
Outras receitas financeiras	4.203	373	+3.830	+1026,8%	14.088	6.449	+7.639	+118,5%
Despesas bancárias (-)	(394)	(734)	+340	-46,3%	(1.352)	(1.909)	+557	-29,2%
Juros sobre empréstimos (-)	(2.294)	(1.604)	-2690	+43%	(8.675)	(5.090)	-3585	+70,4%
Ajuste a valor presente (-)	(666)	(629)	-37	+5,9%	(4.613)	(4.008)	-605	+15,1%
Outras despesas financeiras (-)	(2.629)	(438)	+2.191	+500,2%	(2.861)	(1.106)	-1.755	+158,7%
Variação Cambial (-)	(124)	126	-250	-198,4%	(200)	(124)	-76	+61,3%
Receitas financeiras líquidas (=)	21.791	18.331	+3.460	+18,9%	80.945	53.548	+27.397	+51,2%

O resultado financeiro líquido alcançou R\$ 80,9 milhões, alta de 51,2% a/a, explicado majoritariamente pela elevação da receita financeira sobre aplicações.

O aumento decorreu do incremento do caixa médio (R\$ 643,3 milhões em 2025/26 vs. R\$ 584,1 milhões em 2024/25) e do maior patamar de juros, com a Selic subindo de 13,25% para 15,00% no período, ampliando o retorno das posições de liquidez.

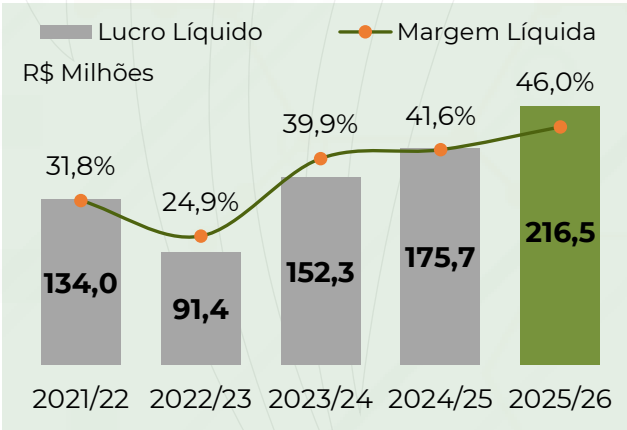
Lucro Líquido

Em R\$ mil	4T26	4T25	Var. R\$ mil	Var. %	2025/26	2024/25	Var. R\$ mil	Var. %
EBITDA	40.558	48.033	-7.475	-15,6%	218.721	198.165	+20.556	+10,4%
Depreciação e Amortização (-)	(12.155)	(13.198)	+1.043	-7,9%	(55.347)	(49.534)	-5.813	+11,7%
Outras receitas (despesas)	(7.328)	(5.002)	-2.326	+46,5%	(916)	(23.645)	+22.729	-96,1%
Outros ajustes (-)	4.253	2.130	+2.326	+99,7%	8.054	7.850	+204	+2,6%
Receitas financeiras líquidas	21.791	18.331	+3.460	18,9%	80.945	53.548	+27.397	+51,2%
IR e Contribuição Social (-)	(7.203)	(8.252)	+1.049	-12,7%	(34.983)	(10.707)	-24.276	+226,7%
Diferido (-)	1.341	1.594	-253	-15,9%	(720)	(433)	+287	+66,3%
Do exercício (-)	(8.544)	(9.846)	+1.302	-13,0%	(34.263)	(10.274)	-23.989	+233,5%
Lucro líquido (=)	39.916	42.042	-2.126	-5,1%	216.474	175.677	+40.797	+23,2%
<i>Margem Líquida</i>	<i>33,0%</i>	<i>37,0%</i>	<i>-</i>	<i>-4,0 p.p.</i>	<i>46,0%</i>	<i>41,6%</i>	<i>-</i>	<i>+4,4 p.p.</i>

O lucro líquido da safra 2025/26 totalizou R\$ 216,5 milhões, representando alta de 23,2% ano a ano, sustentada pelo crescimento do EBITDA, pela elevação do resultado financeiro e por benefícios tributários, refletindo uma gestão eficiente do caixa e da estrutura de capital.

O lucro líquido do 4T26 totalizou R\$ 39,9 milhões (-5,1% vs. 4T25), refletindo principalmente a redução do EBITDA no trimestre, decorrente da aceleração de investimentos operacionais e comerciais associados à expansão do pipeline de inovação e ao fortalecimento das iniciativas de crescimento.

A margem líquida alcançou 46,0%, com expansão de 4,4 p.p., refletindo ganhos operacionais e maior alavancagem operacional, com diluição de despesas frente à expansão da receita.



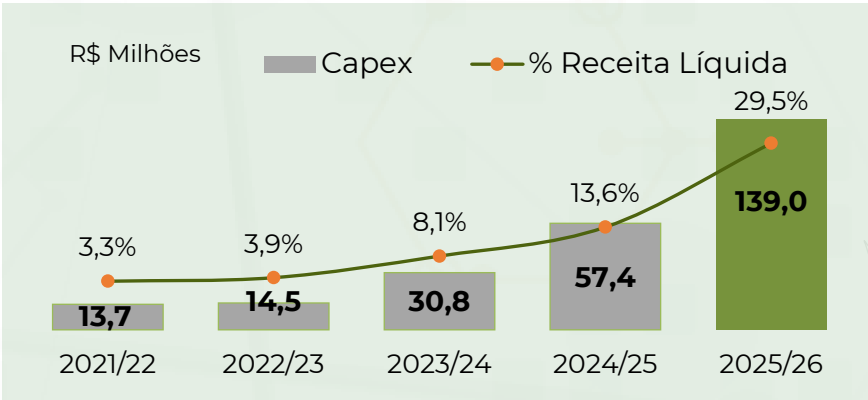
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

CAPEX

Em R\$ mil	4T26	4T25	Var. R\$ mil	Var. %	2025/26	2024/25	Var. R\$ mil	Var. %
Melhoria Operacional	19.631	15.266	+4.365	+28,6%	39.082	26.648	+12.434	+46,7%
Modernização/Expansão	37.162	13.926	+23.236	+166,9%	99.946	30.717	+69.229	+225,4%
Capex Total	56.793	29.192	+27.601	+94,5%	139.028	57.365	+81.663	+142,4%
% Receita Líquida	46,9%	25,7%	-	+21,2 p.p.	29,5%	13,6%	-	+15,9 p.p.

Na safra 2025/26, os investimentos em CAPEX somaram R\$ 139,0 milhões, aumento de 142,4% frente a 2024/25, com aportes direcionados principalmente para a UPS (Unidade de Produção de Sementes Sintéticas), inaugurada em abril de 2026 e que contribuirá para a definição da melhor estratégia para o escalonamento comercial das Sementes Sintéticas.

Os demais investimentos foram alocados para aquisição de máquinas agrícolas para manejo, em ampliação da infraestrutura nos polos de desenvolvimento, em equipamentos laboratoriais avançados, que viabilizam o progresso das frentes de P&D, reforçando a capacidade técnica da Companhia.



Caixa Líquido

Em R\$ mil	4T26	3T26	2T26
Endividamento			
Empréstimos e Financiamentos (1)	179.731	179.865	179.710
Caixa e Aplicações Financeiras (2)	681.389	772.107	585.670
Caixa Líquido	501.658	592.242	405.960
EBITDA (últimos 12 meses)	218.721	225.835	222.753
Caixa Líquido/EBITDA da Operação	2,3x	2,6x	1,8x

(1) Assinamos em 20/08/2023 contrato de financiamento com a Finep de até R\$ 180 milhões, com a primeira tranche de R\$ 75 milhões desembolsada em outubro de 2023, a segunda tranche de R\$ 60 milhões em 10 de julho de 2024 e a terceira e última tranche, no valor de R\$ 44,6 milhões em 23 de julho de 2025.

(2) Assinamos em 12/24 3 (três) contratos de subvenção com a Finep, com valor total de R\$ 72,6 milhões.

A Companhia encerrou a safra 2025/26 com caixa líquido de R\$ 501,7 milhões, reforçando sua solidez financeira e a capacidade de sustentar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento previstos para os próximos anos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Receitas Decorrentes de Safras Futuras

Em conformidade com as normas contábeis nos termos do CPC 47 e IFRS15, as receitas podem ser reconhecidas mediante constatação de existência no campo e consequente utilização pelos clientes, não podendo ser reconhecida a receita futura das soqueiras que provavelmente permanecerão no canavial até o final do ciclo produtivo e consequente reforma da área.

No entanto, a cana-de-açúcar é uma cultura semiperene, ou seja, após o plantio, ela é cortada várias vezes antes de ser replantada, com seu ciclo produtivo, em média, de seis anos com cinco cortes. Portanto após o plantio, a lavoura de cana-de-açúcar permite sucessivas colheitas consecutivas, dependendo de vários fatores como: variedades, manejo de solo e de água e clima.

A lavoura recebe o nome de cana-planta, no seu primeiro corte; soca ou segunda folha, no segundo; e ressoça ou folha de enésima ordem nos demais cortes até a última colheita, completando, assim, o ciclo da cana plantada, quando é feita a renovação do canavial.

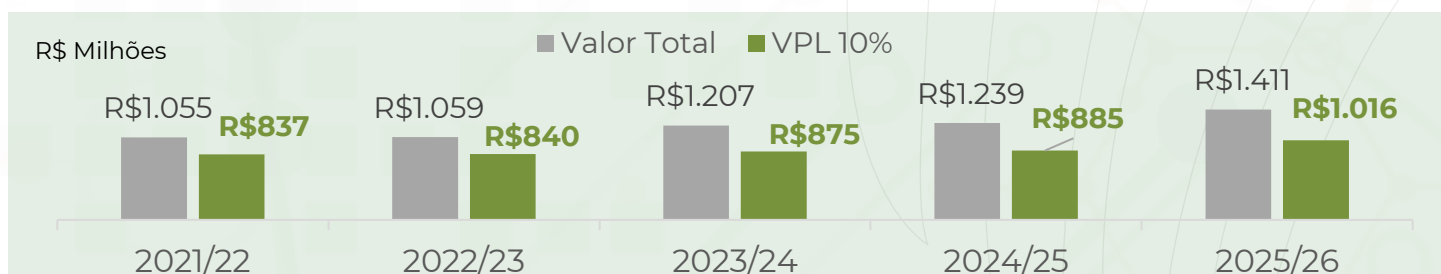
Tomamos como base nas nossas análises que a soqueira permite, em média, cinco cortes em safras consecutivas, até a sua exaustão, sendo de inteira responsabilidade dos clientes o manejo da lavoura.

A Companhia celebra com seus clientes contratos sem prazos determinados de licenciamento de direito de uso das cultivares de propriedade do CTC. Com base nos contratos estabelecidos, o compromisso futuro só deixará de existir caso o produtor venha a erradicar a lavoura.

Existe, portanto, uma geração de receita futura com elevadíssimo potencial de materialização - tendo em vista que independe de novos plantios

Com base nas nossas estimativas, as receitas futuras decorrentes dos cortes remanescentes em campo totalizam R\$ 1.016 milhões a valor presente em 31 de março de 2026, conforme demonstrado abaixo:

Em R\$ milhões	2026
Receitas estimadas de safras futuras	1.411
Dos quais a ser reconhecido dentro de 2 anos	826
Dos quais a ser reconhecido entre 3 e 5 anos	585
VPL do Fluxo @10,5% (Taxa Real)	1.016



A Companhia utilizou as seguintes premissas para cálculo do valor presente da receita futura:

- Inexistência de novos plantios de variedades CTC nos cinco anos relacionados aos cortes;
- “Amortização”: Cinco cortes (anos safra) das áreas de cultivo com variedades CTC existentes;
- Ajuste a valor presente considerando uma taxa real de desconto de 10%;
- Direito de cobrança de royalties pelo prazo de proteção da cultivar.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relacionamento com os Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº. 381, de 14 de janeiro de 2003, sobre a necessidade de divulgação pelas Entidades auditadas de informações sobre a prestação de outros serviços pelo auditor independente que não sejam auditoria externa, o CTC informa que a política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os seus auditores independentes visa assegurar a não existência de conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se baseia em princípios que preservam a independência do auditor.

Os trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras e revisões trimestrais (ITR) relacionados ao exercício findo em 31 de março de 2026 (4T26) foram realizados pela KPMG Auditores Independentes, que não prestou serviços não relacionados à auditoria no período.



Disclaimer

Este material é proprietário do Centro de Tecnologia Canavieira S/A e não poderá ser reproduzido ou disseminado, no todo ou em parte, sem nosso consentimento prévio e por escrito. As declarações aqui contidas são projeções e estimativas ("forward-looking statements", segundo a definição da Seção 27A da Lei de Valores Mobiliários dos Estados Unidos de 1933 - U.S. Securities Act of 1933 - e suas posteriores atualizações.

Desta forma, são apenas expectativas de nossa administração quanto ao futuro da Companhia e de nossos negócios, feitas com base em circunstâncias e informações disponíveis nesta data e sem qualquer garantia de efetiva de resultados/performance ou obrigação de atualização. Apesar de baseadas em suposições razoáveis, tais projeções estão sujeitas a diversos riscos e incertezas, tais como, mas não se limitando a: (1) condições econômicas gerais, políticas, demográficas e comerciais que afetem o setor e países em que atuamos; (2) inflação, depreciação e desvalorização do real; (3) alteração do cenário competitivo (especialmente, mas não se limitando ao setor de etanol e açúcar); (4) nossa habilidade de implementar nosso plano de investimento de capital, incluindo nossa habilidade de obter financiamento quando necessário e em termos razoáveis; (5) nossa habilidade de concorrer e conduzir nossos negócios no futuro; (6) alterações na demanda dos consumidores; (7) alterações em nossos negócios; (8) intervenções do governo resultantes em alterações na economia ou legislação (regulatória, tributária, entre outras) que possam afetar nossos negócios; e (9) outros fatores que vierem a afetar nossa situação financeira, liquidez e resultados operacionais.

As informações financeiras foram preparadas de acordo com as normas da CVM (Comissão de Valores Mobiliários Brasileira) e os CPCs (Comitês de Pronunciamento Contábeis Brasileiros) e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (emitidas pelo International Accounting Standard Board) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
Balanco Patrimonial Consolidado

ATIVO - R\$ mil	4T26	3T26	2T26	1T26
Caixa e equivalentes de caixa	327.031	298.259	310.937	339.539
Aplicações Financeiras	354.358	473.849	274.733	194.474
Contas a receber	6.287	15.068	84.134	118.979
Estoques	22.599	20.044	11.994	9.302
Impostos a recuperar	8.284	15.413	23.750	14.657
Outros ativos	10.378	10.881	13.345	12.136
Total do ativo circulante	728.937	833.514	718.893	689.087
Contas a receber	24.246	23.998	22.773	23.487
Outras contas a receber	11.581	12.343	12.779	12.956
Depósitos judiciais	993	1.079	1.143	1.182
Impostos a recuperar	10.925	9.187	5.689	7.147
Ativo fiscal diferido	27.642	26.300	26.266	29.906
Total do realizável a longo prazo	75.387	72.907	68.650	74.678
Imobilizado	250.751	200.622	166.804	150.263
Direito de uso	36.375	39.817	33.967	33.776
Intangível	628.076	592.340	568.985	550.163
Total do ativo não circulante	990.589	905.686	838.406	808.880
Total do ativo	1.719.526	1.739.200	1.557.299	1.497.967
PASSIVO - R\$ mil	4T26	3T26	2T26	1T26
Fornecedores	49.558	20.105	14.190	16.531
Obrigações com arrendamentos	13.060	13.365	9.662	10.572
Empréstimos e financiamentos	749	788	538	676
Impostos e contribuições a recolher	2.911	1.016	1.057	1.192
Salários, férias e encargos	53.233	43.134	41.441	56.983
Dividendos a pagar	46.684	1.488	1.488	51.098
Receitas Auferir	-	121.039	14.271	-
Benefícios pós-emprego	914	957	957	957
Outras contas a pagar	1.248	1.206	1.300	1.146
Total do passivo circulante	168.357	203.098	84.904	139.155
Obrigações com arrendamentos	23.648	13.365	23.675	22.442
Empréstimos e financiamentos	178.982	788	179.172	134.672
Benefícios pós-emprego	6.349	5.889	5.889	5.889
Receita diferida com subvenção	54.733	32.490	32.538	32.731
Provisão para processos judiciais	364	780	431	650
Total do passivo não circulante	264.076	245.213	241.705	196.384
Patrimônio líquido				
Capital social	812.203	812.203	812.203	812.203
Reserva de Capital	22.048	20.535	19.968	19.464
Reserva legal	46.028	35.204	35.204	35.204
Reserva de incentivo fiscal	48.436	23.571	23.571	23.571
Reserva de integralidade do patrimônio líquido	355.818	220.229	220.229	220.229
Outros resultados abrangentes	2.560	2.589	2.502	2.580
Resultado do período	-	176.558	117.013	49.177
Total do patrimônio líquido	1.287.093	1.290.889	1.230.690	1.162.428
Total do passivo	432.433	448.311	326.609	335.539
Total do passivo e patrimônio líquido	1.719.526	1.739.200	1.557.299	1.497.967

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

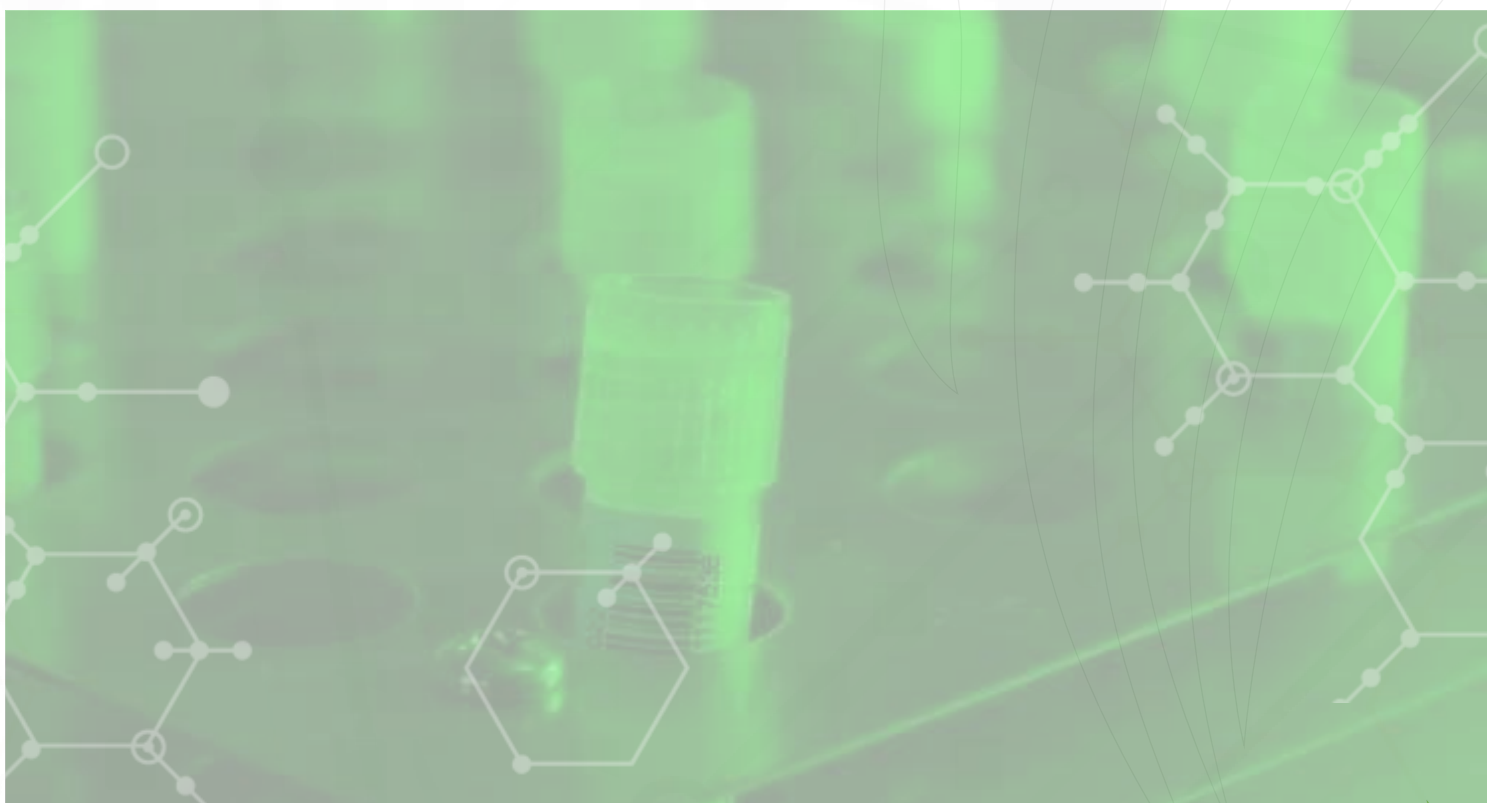
Demonstração de Fluxo de Caixa Consolidado

Em R\$ mil	2025/26	2024/25
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	216.474	175.677
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	55.347	49.534
Provisão (reversão) para perdas de crédito esperadas	8.054	7.850
Provisão para participação nos lucros	25.163	24.086
Provisão para processos judiciais	(286)	(712)
Pagamento baseado em ações	6.545	6.823
Provisões de juros	8.727	5.090
Provisão benefício pós emprego	-	(26)
Créditos tributários e atualizações	(10.030)	-
Ativo Biológico	-	1.204
Imposto de renda e contribuição social	720	433
Resultado na Venda do Ativo	998	382
	311.712	270.341
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(4.809)	2.906
Estoques	(13.222)	1.796
Impostos a recuperar e ativo fiscal corrente	57.436	(15.890)
Outros ativos	(4.053)	2.257
Depósitos judiciais	193	267
Fornecedores	25.067	2.681
Impostos e contribuições a recolher e passivo fiscal corrente	1.567	(1.288)
Salários, férias e encargos a pagar	(21.298)	(17.655)
Subvenção governamental	21.856	32.877
Outras contas a pagar	628	(380)
Caixa usado nas atividades operacionais	375.077	277.912
Impostos pagos	(34.263)	(10.274)
Juros pagos	(8.643)	(4.905)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades operacionais	332.171	262.733
Aplicação e resgates de instrumentos financeiros	(49.741)	(10.441)
Aquisições de imobilizado	(139.028)	(57.365)
Intangível	(121.287)	(107.250)
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	(310.057)	(175.056)
Amortização de arrendamentos	(14.216)	(13.562)
Dividendos	(49.609)	(36.511)
Financiamentos Captados	44.595	59.460
Financiamentos Pagos	(380)	(168)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(19.610)	9.219
Efeitos da variação das taxas de câmbio sobre o caixa e equivalentes de caixa	(249)	477
Aumento/(Redução) em caixa e equivalentes de caixa	2.256	97.373
Caixa e equivalentes de caixa do início do período	324.775	227.402
Caixa e equivalentes de caixa do fim do período	327.031	324.775
(Aumento/(Redução) em caixa e equivalentes de caixa	2.256	97.373

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultado Consolidado

Em R\$ mil	4T26	4T25	2025/26	2024/25
Receita operacional	120.977	113.525	470.580	422.648
Custo de pesquisa e serviços prestados	(46.384)	(41.932)	(156.249)	(139.293)
Lucro bruto	74.593	71.593	314.331	283.355
Despesas administrativas e com vendas	(41.937)	(34.628)	(142.903)	(126.874)
Outras receitas (despesas) operacionais	(7.328)	(5.002)	(916)	(23.645)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	25.328	31.963	170.512	132.836
Receitas financeiras	27.898	21.610	98.646	65.785
Despesas financeiras	(5.983)	(3.405)	(17.501)	(12.113)
Variação cambial, líquida	(124)	126	(200)	(124)
Financeiras líquidas	21.791	18.331	80.945	53.548
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	47.119	50.294	251.457	186.384
Imposto de renda e contribuição social:				
Diferidos	1.341	1.594	(720)	(433)
Do exercício	(8.544)	(9.846)	(34.263)	(10.274)
Lucro líquido do período	39.916	42.042	216.474	175.677



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Sobre o CTC****Somos uma empresa de
BIOTECNOLOGIA E GENÉTICA
aplicadas ao
AUMENTO DE PRODUTIVIDADE
da cana-de-açúcar.**

O CTC – Centro de Tecnologia Canavieira é líder global em melhoramento genético e soluções tecnológicas voltadas ao setor sucroenergético. Com mais de cinco décadas de atuação, a Companhia é referência na geração de valor por meio do aumento da produtividade da cana-de-açúcar, apoiando seus clientes e o desenvolvimento sustentável do setor. Reconhecido mundialmente por sua excelência em pesquisa aplicada, biotecnologia e inovação, o CTC opera de forma integrada em toda a cadeia da cultura da cana, conectando ciência, tecnologia e realidade operacional.

Durante o 1º CTC Day, a Companhia anunciou um novo ciclo de avanços tecnológicos com destaque para o pré-lançamento da série CTCAdvana, que representa um salto significativo no melhoramento genético convencional, atingindo novos patamares de produtividade. No mesmo evento, foi apresentada a marca TECNA, desenvolvida em parceria com clientes. A nova marca contempla variedades regionais desenhadas para maximizar a adaptação agrônômica e os ganhos operacionais em diferentes territórios, fortalecendo a conexão entre ciência aplicada e as demandas reais.

Reafirmando seu pioneirismo — iniciado em 2017 com o lançamento da primeira cana transgênica do mundo — o CTC apresentou a plataforma VerdPRO2, que integra a nova geração de traits com dupla proteção: resistência à broca-da-cana e a herbicidas. Essa tecnologia representa um importante passo na consolidação do portfólio biotecnológico da Companhia. O pipeline de inovação segue avançando com o desenvolvimento de novos traits, incluindo soluções promissoras contra o *Sphenophorus*, praga emergente que vem causando impactos crescentes à produtividade.

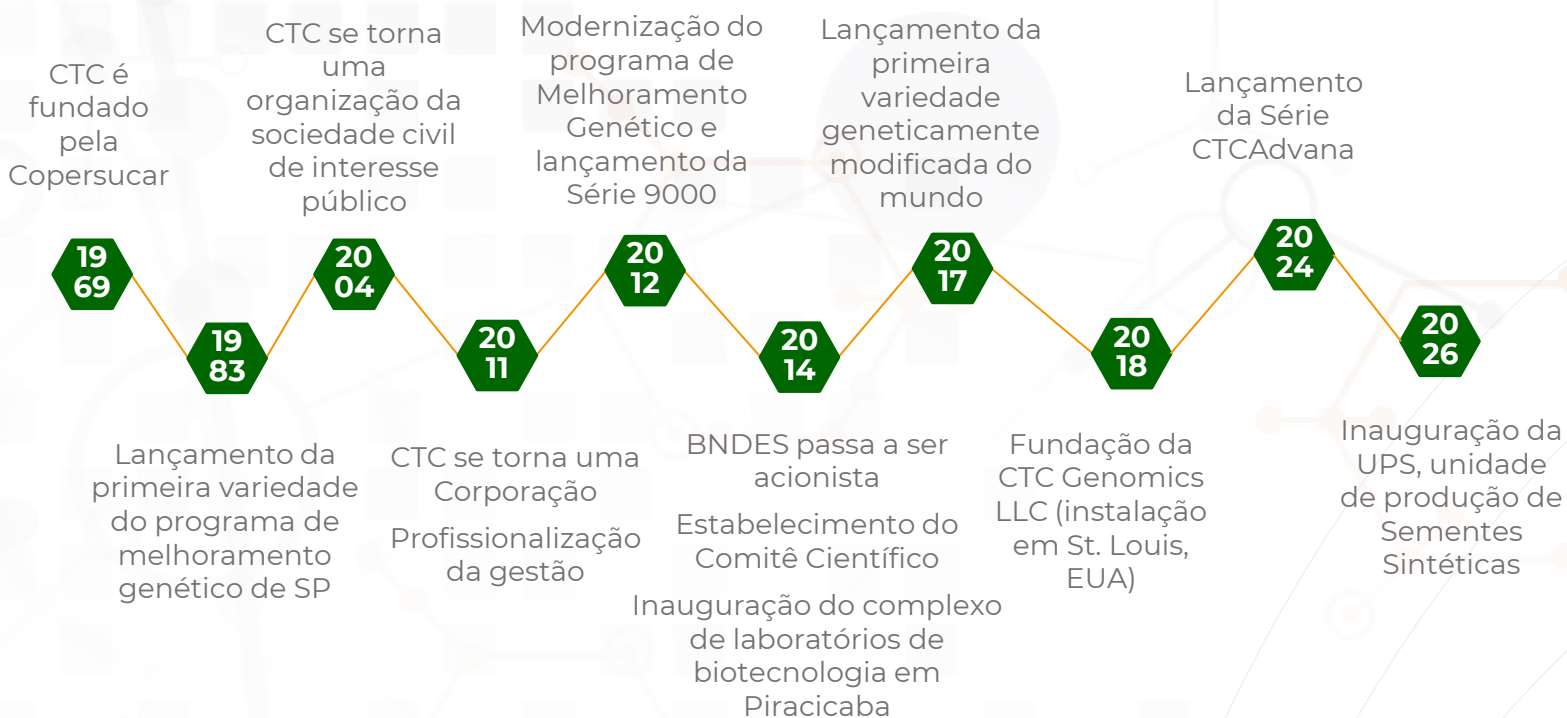
O compromisso do CTC com a transformação da agricultura canavieira também se reflete no projeto inovador de Sementes Sintéticas de cana. Em 2025/26, a Companhia inaugurou a UPS, unidade de produção de Sementes Sintéticas, que traz escala fabril aos testes de campo. Paralelamente, o protótipo da plantadora avançou significativamente, aproximando a viabilidade comercial de um novo sistema de plantio mais eficiente, com maior sanidade, velocidade de renovação e ganhos operacionais.

Com o maior banco de germoplasma de cana do mundo, o uso de tecnologias como a seleção genômica e a operação do CTC Genomics nos Estados Unidos, voltada à edição genômica, fortalecem o desenvolvimento de novas variedades adaptadas às diferentes regiões produtoras. Hoje, com um portfólio amplo de produtos, a Companhia oferece uma solução completa para o manejo em todas as regiões produtoras de cana-de-açúcar. Os produtos estão divididos em 2 marcas: na marca CTC se encontram as variedades de alta performance impulsionadas por inovação e tecnologia, divididas em 2 séries: Série 9000 e CTCAdvana. Na marca TECNA são disponibilizados produtos que geram valor através de soluções regionalizadas.

Com atuação orientada às necessidades dos clientes e ao fortalecimento do setor, o CTC segue liderando a transformação tecnológica da cana-de-açúcar. Por meio da entrega contínua de soluções de alto valor agregado, a Companhia reafirma seu compromisso em impulsionar a produtividade, a competitividade e a sustentabilidade do setor sucroenergético.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

História



Modelo de Negócios

A cobrança de royalties pelo uso de tecnologias proprietárias se baseia no contínuo trabalho de proteção da Propriedade Intelectual (PI) e pelo uso da Lei de Proteção de Cultivares.

Em nossa precificação, as variedades tem a sua produtividade aferida em comparação com as melhores alternativas do mercado. A diferença de produtividade (em TAH/ha) é convertida em margem líquida adicional, e os royalties correspondem a um terço da margem adicional.

Este valor é traduzido na forma de preço por hectare para cada variedade plantada, proporcionando um fluxo de receita constante e de alta previsibilidade para a Companhia, considerando a natureza do ciclo semiperene da cana-de-açúcar.



Política de partilha de valor alinhada junto aos clientes (1/3 CTC – 2/3 Clientes)



Preço fixado em R\$/ha, corrigido anualmente pela inflação



Proteção de patentes e via Lei de proteção de cultivares



Fluxo de receitas altamente recorrente e previsível

TAH – Toneladas de Açúcar por Hectare



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Eventos e Premiações****Inauguração da UPS, Unidade de Produção de Sementes Sintéticas**

Inauguramos a primeira Unidade de Produção de Sementes Sintéticas de cana-de-açúcar do mundo, um marco para o CTC e para o setor sucroenergético.

A Unidade viabiliza um novo sistema de plantio, substituindo o modelo tradicional por uma operação mais leve, padronizada, com precisão e escala, conectada diretamente à evolução da produtividade no campo.

Top 1 ranking agro GPTW

Ficamos em 1º lugar Melhores Empresas para Trabalhar no Agronegócio, segundo o ranking agro da Great Place to Work®!

São os nossos talentos que dão vida à nossa cultura: que colaboram, inovam, evoluem e fazem acontecer, transformando conhecimento em soluções que impulsionam o setor sucroenergético.

Obrigado a todos os colaboradores e parceiros por fazerem parte dessa jornada.

**Prêmios Visão Agro Melhoramento Genético e Globo Rural Melhores do Agronegócio**

O CTC foi reconhecido pelo 22º Prêmio Visão Agro Brasil como a melhor empresa do país em Melhoramento Genético de Cana.

Adicionalmente, O CTC conquistou, mais uma vez, o primeiro lugar na categoria Serviços Agropecuários e Tecnologia da premiação Melhores do Agronegócio, promovida pela Globo Rural.

CTC lança iniciativa Esfera

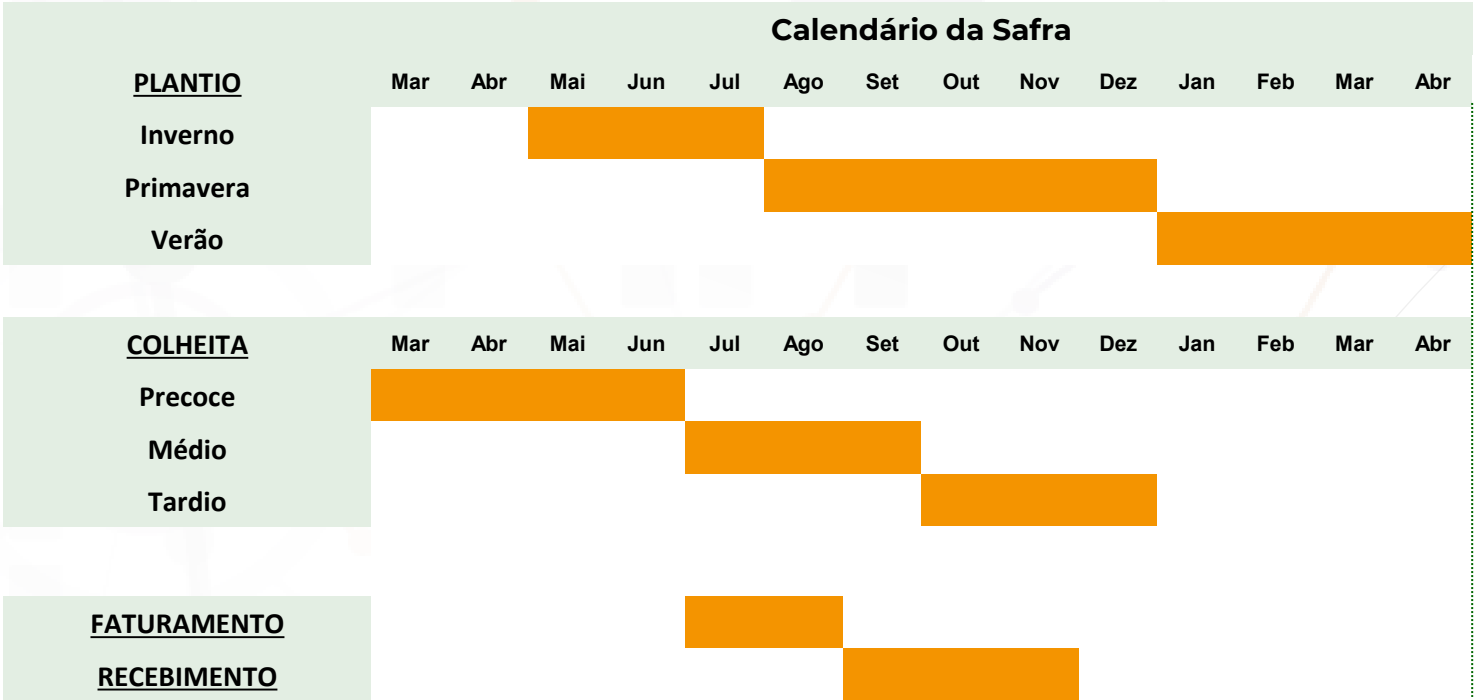
Impulsionado pelo CTC, o setor sucroenergético ganhou um novo movimento colaborativo: a Esfera. A iniciativa nasce para ser o espaço de conexão, debate e inovação de toda a cadeia da cana-de-açúcar, reunindo cientistas, consultores, produtores e entidades do setor.

O objetivo é enfrentar os grandes desafios do campo, especialmente em plantio e manejo, e transformar conhecimento técnico em soluções que impulsionem a produtividade e a sustentabilidade.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Calendário da Safra e Glossário



Glossário

TAH (Toneladas de Açúcar por Hectare): Métrica de produtividade que indica quantas toneladas de açúcar são produzidas em cada hectare cultivado. Tem como finalidade mensurar a eficiência de produção de açúcar no campo e comparar variedade vs. variedade.

TCH (Toneladas de Cana por Hectare): Quantidade de tonelada de cana-de-açúcar colhida por hectare de área plantada. Avalia o rendimento bruto de matéria-prima por área, antes de processamento.

ATR (Açúcar Total Recuperável): Percentual de açúcar extraível da cana, calculado em relação ao peso da matéria-prima. É o Indicador de qualidade de cana, determinando o potencial de produção de açúcar por tonelada de cana.

Melhoramento Genético Convencional: Processo de cruzamentos controlados e seleção de plantas com características desejadas ao longo de várias gerações.

Biotecnologia: Aplicação de técnicas de engenharia genética, células e moléculas para criar ou aprimorar organismos (como plantas transgênicas).

Colheita Precoce: Refere-se à colheita realizada no início da safra, geralmente entre abril e junho, dependendo da região. Estratégica para garantir o início da moagem nas usinas.

Colheita Média: Ocorre no período intermediário da safra, geralmente entre julho e agosto, e normalmente representa a maior parte da moagem da safra.

Colheita Tardia: Realizada no final da safra, entre setembro e novembro (ou até dezembro, dependendo da região). Exige variedades com boa tolerância ao longo ciclo e estabilidade tecnológica.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Contato RI

Paulo Geraldo Polezi

CFO

(019) 3429.8199

ri@ctc.com.br



CENTRO DE
TECNOLOGIA CANAVIEIRA



Notas Explicativas

1 Contexto operacional

O CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A. e sua controlada CTC Genomics LLC ("CTC", "Companhia" ou "Grupo") tem por objetivo social a pesquisa, o desenvolvimento e a comercialização de tecnologias para o setor sucroenergético, com destaque para o desenvolvimento de novas variedades de cana-de-açúcar, através de melhoramento genético e biotecnologia, além de novas tecnologias. A sede da Companhia está localizada na cidade de Piracicaba, no estado de São Paulo.

Desde 24 de agosto de 2016 a Companhia possui registro de companhia aberta na categoria "A" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e integra o segmento Bovespa Mais.

A Companhia possui duas grandes áreas de foco de pesquisa sendo uma delas a de Melhoramento genético na qual detém um amplo banco de germoplasma de cana-de-açúcar e papel destacado nos campos do melhoramento convencional e da modificação genética utilizando a biotecnologia aplicados à cana. Outro foco é na área de Novas Tecnologias, explorando tecnologias disruptivas buscando ganhos de produtividade, como por exemplo, as sementes artificiais. Sendo esses apenas um segmento seguindo o IFRS 8 / CPC 22 - Informações por segmento.

O Projeto de Sementes Artificiais reforça o nosso papel disruptivo pois busca desenvolver um novo sistema de plantio de cana-de-açúcar através de semente sintética que poderá simplificar as operações de transporte, armazenagem e plantio dos produtores e usinas de cana-de-açúcar, e promover o aumento de competitividade, tanto na redução de custo (máquinas, mão de obra, insumos) como no aumento da receita.

A Companhia possui uma subsidiária integral, denominada CTC Genomics LLC, localizada em Saint Louis, Estados Unidos da América, ("CTC Genomics" ou "Controlada"), cujo objeto social é de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias. A Companhia e sua controlada são denominadas em conjunto como "Grupo", nessas informações trimestrais.

Em linha com a nossa estratégia de desenvolver tecnologias disruptivas que aumente a produtividade agrícola no setor sucroenergético, em 8 de junho de 2017, obtivemos da CTNBio, a aprovação da primeira variedade geneticamente modificada de cana-de-açúcar denominada CTC20BT. Essa variedade representou um marco na indústria sucroenergética global.

Desenvolvida com tecnologia 100% brasileira pelo Grupo, a variedade CTC20BT é resistente à broca da cana (*Diatraea saccharalis*), principal praga das lavouras brasileiras. Em 2018, tivemos a aprovação da segunda variedade de cana-de-açúcar geneticamente modificada, a CTC9001BT. No terceiro trimestre de 2019, a CTNBio publicou a aprovação do uso comercial do terceiro evento de modificação genética em variedade de cana-de-açúcar, a CTC9003BT. A nova variedade também tem como característica a resistência à broca da cana, principal praga que ameaça a cultura. Mais uma variedade elite transformada e adaptada a diferentes regiões foi aprovada para comercialização.

A aprovação das variedades geneticamente modificadas consolida o *know how* do CTC em desenvolver e aprovar variedades geneticamente modificadas de cana-de-açúcar que atendam às necessidades do setor sucroenergético brasileiro.

Em 21 de setembro de 2020 foi aprovado em Reunião Extraordinária do Conselho de Diretoria o orçamento para um potencial oferta pública inicial de ações ("IPO") da Companhia, considerando as demais despesas necessárias para a referida operação. Em 21 de outubro de 2020 foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária a migração de segmento de listagem da Companhia, do segmento especial denominado Bovespa Mais, para o segmento especial de negociação denominado Novo Mercado, ambos perante a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), e a consequente submissão à B3 do pedido de migração de segmento de listagem, nos termos do Manual do Emissor e do Regulamento do Novo Mercado da B3.

Na data de 20 de abril de 2021 a Companhia informou ao mercado sobre a postergação da oferta pública pela Companhia, em função da deterioração das condições do mercado. Atualmente a Companhia está aguardando um momento mais oportuno para a realização do IPO.

Em 2024 tivemos a aprovação do projeto executivo da planta demonstrativa de Sementes e validação do modelo de negócio, com investimento aprovado de R\$ 84 milhões para sua construção.

Notas Explicativas

Reforma tributária

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214, seguida da sanção da Lei Complementar nº 227, em 13 de janeiro de 2026. Posteriormente, em 30 de abril de 2026, foram editados o Regulamento da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), por meio do Decreto nº 12.955, e o Regulamento do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), conforme a Resolução CGIBS nº 6. Esses normativos representam os principais marcos da Reforma Tributária sobre o consumo.

O novo modelo institui um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) estruturado sob a forma de IVA dual, composto por:

- CBS, de competência federal; e
- IBS, de competência subnacional (Estados, Distrito Federal e Municípios).

Esses tributos substituirão gradualmente o PIS, a Cofins, o ICMS e o ISS.

Adicionalmente, foi instituído o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, incidente sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, na forma a ser definida em regulamentação específica.

O período de transição da Reforma Tributária ocorrerá entre 2026 e 2032, durante o qual o sistema tributário vigente coexistirá com o novo regime. Os impactos efetivos da Reforma Tributária na apuração dos tributos somente poderão ser avaliados de forma conclusiva após a publicação dos Atos Conjuntos entre o Comitê Gestor do IBS (CGIBS) e a Receita Federal do Brasil (RFB), os quais deverão detalhar procedimentos operacionais e esclarecer aspectos ainda não plenamente definidos na legislação atualmente vigente.

Para o encerramento do exercício findo em 31 de março de 2026, não há impactos decorrentes da Reforma Tributária nas demonstrações financeiras apresentadas nessa data.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis materiais

I. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

II. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações do CTC e sua controlada direta CTC Genomics com 100% de participação.

Os investimentos na controladora são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Saldos e transações intragrupo são eliminados na consolidação.

Os principais grupos de contas que compõem os balanços patrimoniais de 31 março de 2026 e 31 de março de 2025, e o resultado das operações dos exercícios findos, respectivamente, findos naquelas datas da controlada são apresentados na Nota Explicativa nº 12.

Notas Explicativas

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Diretoria faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas periodicamente. As estimativas das revisões são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 9 e 26.e) – mensuração da perda estimada de perdas de crédito do contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;

Nota Explicativa nº 15 - Capitalização de gastos com desenvolvimento de projetos classificados no ativo intangível como “Melhoramento Genético” e “Novas Tecnologias”, considerando a avaliação da viabilidade técnica e econômica dos projetos, bem como à expectativa de geração de benefícios econômicos futuros; e

Nota Explicativa nº 14 e 27c - prazo dos arrendamentos: se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas quanto a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de março de 2026 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 6.d (iii) - Vida útil do imobilizado;

Nota Explicativa nº 6.e (iii) - Vida útil do intangível;

Nota 6.f - Redução ao valor recuperável;

Nota explicativa nº 19 – Provisão para processos judiciais

Nota explicativa nº 20 - Provisão benefícios pós-emprego; e

Nota Explicativa nº 22.e - Reserva de capital - Plano de outorga de ações.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3, e reportes diretamente ao *Chief Executive Officer* (CEO) que assumiu interinamente as responsabilidades de *Chief Financial Officer* (CFO).



Notas Explicativas

A equipe de avaliação revisa regularmente os dados necessários para o cálculo e ajustes de avaliação. Se a informação é de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

5. Mudanças nas principais políticas contábeis

O Grupo não teve alterações em suas políticas contábeis em relação às aplicadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de março de 2026.

6. Políticas contábeis materiais

a) Base de consolidação

i) Controlada

As demonstrações financeiras da controlada é incluída nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras da controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investida são eliminados contra o investimento. As perdas não realizadas também são eliminadas a menos que a operação forneça evidências de uma redução ao valor recuperável (*impairment*) do ativo.

b) Moeda estrangeira

i. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.



Notas Explicativas

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão do investimento em títulos patrimoniais são reconhecidas em outros resultados abrangentes

ii. Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

Quando uma entidade no exterior é baixada na totalidade ou parcialmente, de forma a perder o controle, influência significativa ou controle conjunto, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa entidade no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na baixa. Se o Grupo baixar parte de sua participação em uma controlada, mas manter o controle, a proporção da participação do montante acumulado será atribuída à participação de acionistas não controladores. Quando o Grupo baixar apenas parte de uma associada ou joint venture, mantendo uma influência significativa.

c) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece as contas a receber de clientes e outros recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Notas Explicativas

Contas a receber outros recebíveis

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A provisão para perda de crédito esperada foi constituída em montante considerado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização do contas a receber.

A Companhia adotou a mensuração da perda de crédito esperada com base em toda a vida dos títulos, considerando características individuais de cada cliente.

ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados.

Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

iii) Capital social

As ações são todas ordinárias nominativas, sem valor nominal e são classificadas como patrimônio líquido, dedutíveis de quaisquer efeitos tributários.

d) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Diretoria, os custos de desmontagem e de restauração do local onde os ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente serão usufruídos pela Companhia e que o seu custo seja medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção rotineira do imobilizado são reconhecidos como despesas conforme incorridos.

iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.



Notas Explicativas

As taxas médias ponderadas anuais de depreciação para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	Taxa média ponderada anual
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	20%
Veículos	10%
Edifícios e benfeitorias	5%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e) Intangível

i) Projetos de pesquisa & desenvolvimento

Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto.

ii) *Software*

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada.

iii) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se nos benefícios econômicos futuros com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil média estimada para o exercício corrente e comparativa é a seguinte:

	Taxa média ponderada anual
<i>Software</i>	5 anos
Projetos de pesquisa & desenvolvimento	15-20 anos

Métodos de amortização, vida úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

f) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que possam ser estimados de uma maneira confiável.



Notas Explicativas

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo. A Companhia considera um declínio de 20% como significativo e o período de 12 meses como prolongado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Diretoria se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos e estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

g) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido das despesas de vendas.



Notas Explicativas

h) Benefícios a empregados

i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

ii) Provisão benefício pós-emprego - Planos de saúde

O Grupo oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde Companhia e sua controlada são copatrocinadoras do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia e sua controlada são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuário independente.

iii) Transações envolvendo pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (vesting date). Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (non-vesting conditions), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo, com exceção da Provisão para perdas de créditos esperada que segue a política da Companhia.

j) Receita operacional

i) Receitas de *royalties*

Receitas decorrentes do uso por terceiros de ativos da Companhia, que produzam juros e *royalties*, devem ser reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade e o valor da receita puder ser mensurado de forma confiável. Os *royalties* devem ser reconhecidos segundo regime de competência de acordo com a substância do contrato.

As receitas de *royalties* reconhecidas pela Companhia referem-se à variedades de cana-de-açúcar desenvolvidas e são reconhecidas no resultado do exercício pelo método linear nos meses de abril a março, tendo como base a área de plantio multiplicada por valor definido em contrato firmado entre as partes. A emissão das notas fiscais de faturamento e os recebimentos ocorrem, em grande parte, durante o exercício de safra de cana de açúcar nos meses de setembro a dezembro. Caso o recebimento de faturamentos do exercício seja maior que a parcela já reconhecida no resultado a diferença é reconhecida como "receitas diferidas" no passivo circulante.

Notas Explicativas

ii) Venda de bens e serviços

A receita operacional da venda de bens e serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado, este é reconhecido de acordo com suas respectivas vendas.

k) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e rendimentos sobre as aplicações financeiras. A receita financeira é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias com juros e descontos.

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto ativo e base negativa de contribuição social limitado a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos.

i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que deverão ser aplicadas às diferenças temporárias quando de sua reversão, baseando-se nas leis que estão em vigor na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posição fiscal tomada e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha de ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios findos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações poderão impactar a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Notas Explicativas

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

m) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios findos apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33 - Resultado por ação.

n) Ativos arrendados

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no IFRS 16 / CPC 06(R2).

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra.

Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa,



Notas Explicativas

inicialmente;

- Mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

i) Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

o) Subvenção governamental

Subvenções governamentais relacionadas a ativos são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que o Grupo irá cumprir as condições associadas com a subvenção.

p) Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia gerencia os riscos associados com assuntos ambientais em todas as atividades que possam causar impacto ambiental. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

7. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas até a data das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível.

IFRS 18 / CPC 51: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

O IFRS 18 / CPC 51 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional



Notas Explicativas

recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros".

8. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

O Grupo classifica como equivalente de caixa os saldos de depósitos bancários de curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Qualquer tipo de depósito bancário que não satisfaça essas características cumulativamente, ou mesmo que satisfaçam os critérios, mas não são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo são classificados com aplicações financeiras, no ativo circulante ou não circulante.

	Rentabilidade média acumulada da carteira no exercício % do CDI	Consolidado		Controladora	
		2026	2025	2026	2025
Caixa					
Em moeda local		-	4	-	4
Em moeda estrangeira		11	13	11	13
		11	17	11	17
Bancos					
Em moeda local		29	218	29	218
Em moeda estrangeira		240	240	-	-
		269	458	29	218
Aplicações					
CDB (i)	101%	680.005	628.383	680.005	628.383
Compromissada (ii)	85%	1.104	534	1.104	534
		681.109	628.917	681.109	628.917
Total caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		681.389	629.392	681.149	629.152
Caixa, equivalentes de caixa		327.031	324.775	326.791	324.535
Aplicações financeiras		354.358	304.617	354.358	304.617

i. CDB: aplicações realizadas em bancos de primeira linha, e rendimento pré-fixado em CDI.

ii. Compromissada: aplicação realizada em bancos de primeira linha. Aplicação de renda fixa em que o banco vende um título (debênture), com compromisso de recomprá-lo a qualquer momento, conforme remuneração em DI.

A análise quanto à exposição desses ativos a risco de taxas de juros, dentre outros, é divulgada na nota explicativa nº 26.

9. Contas a receber

O saldo de contas a receber de clientes é representado substancialmente por saldos referentes a receita de royalties, composto da seguinte forma:

Consolidado e controladora



Notas Explicativas

	2026	2025
Clientes	84.238	76.824
Clientes - partes relacionadas (nota explicativa nº 27)	17.634	20.239
Total	101.872	97.063
(-) Provisão para perda de crédito esperada - partes relacionadas	(2.365)	(2.276)
(-) Provisão para perda de crédito esperada	(68.974)	(61.009)
Total (nota explicativa nº 26)	(71.339)	(63.285)
Circulante	6.287	9.857
Não circulante (i)	24.246	23.921

- (i) Estão classificadas na rubrica de longo prazo o saldo de R\$17.105 referente *royalties* a receber das variedades CTC 1-12, em discussão judicial ou administrativa junto a determinados clientes.

A movimentação da provisão está apresentada como segue:

	controladora
Saldo em 31 de março de 2024	(55.435)
Constituições	(7.850)
Saldo em 31 de março de 2025	(63.285)
Constituições	(8.054)
Saldo em 31 de março de 2026	(71.339)

As reversões e/ou constituições de provisões estão registradas na rubrica de “Outras despesas e receitas operacionais”.

A análise quanto a exposição desses ativos a risco de taxas de juros, dentre outros, é divulgada na nota explicativa nº 26.

10.Outros ativos

	Consolidado		Controladora	
	2026	2025	2026	2025
Despesas antecipadas (i)	13.653	13.484	13.653	13.484
Adiantamento a fornecedores	7.871	3.994	7.871	3.994
Outros ativos	435	704	80	156
	21.959	18.182	21.604	17.634
Circulante	10.378	8.295	10.023	7.747
Não circulante	11.581	9.887	11.581	9.887

- (i) Referem-se a mudas disponibilizadas para multiplicação de variedades em clientes. Estas mudas são monitoradas para garantir que a taxa de multiplicação seja efetiva conforme acordo formalizado junto ao cliente que estabelece a responsabilidade de multiplicação.

11.Ativo fiscal diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável apuração de lucro tributável futuro com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

	Consolidado e controladora			
	2024	Reconhecidos no resultado	2025	Reconhecidos no resultado
Perda de crédito esperada	13.856	2.669	16.525	2.738
				19.263



Notas Explicativas

Receita a auferir	7.161	(697)	6.464	(1.344)	5.120
Provisão participação nos lucros	7.363	322	7.685	(3.648)	4.037
Incentivo de longo prazo	5.803	2.320	8.123	1.872	9.995
Incentivo fiscal - aceleração	(9.554)	483	(9.071)	(1.810)	(10.881)
Outras diferenças temporárias	4.166	(5.530)	(1.364)	1.471	107
Imposto diferido líquido	28.795	(433)	28.362	(720)	27.642

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a Diretoria considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Tributos diferidos ativos são constituídos somente quando é provável que serão utilizados no futuro.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Consolidado e controladora	
	2026	2025
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	251.457	186.384
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:		
Pela alíquota fiscal combinada	(85.495)	(63.371)
Equivalência patrimonial (i)	(2.004)	(1.988)
Lei do Bem (ii)	12.672	13.625
Lei do Bem extemporâneo (ii)	12.243	15.447
Sudene (iii)	22.070	23.571
Subvenção ICMS (iv)	2.795	-
Outras adições e exclusões permanentes	2.736	2.009
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(34.983)	(10.707)
Alíquota Efetiva	14%	6%
Imposto diferido	(720)	(433)
Imposto corrente	(34.263)	(10.274)

- (i) Refere-se a equivalência patrimonial da subsidiária CTC Genomics LLC (Vide NE 7).
- (ii) Refere-se aos créditos relacionados a Lei 11.196 ("Lei do Bem"), pertinentes aos dispêndios provenientes de pesquisa e desenvolvimento.
- (ii) Reconhecimento de créditos extemporâneos relacionados a Lei 11.196 ("Lei do Bem").
- (iii) Refere-se a créditos tributários relacionados ao art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, conforme os critérios estabelecidos no Decreto nº 6.539, de 18 de agosto de 2008.
- (iv) Refere-se a redução de base de cálculo de imposto de renda e da contribuição social decorrente de benefícios fiscais de ICMS elencados no Convênio 190/17 que regulamentou a Lei Complementar nº 160/17, e posteriormente regulamentado pela Solução de Consulta COSIT nº 169/21.

12. Investimentos (Controladora)

Valor contábil	País	Negócio	Percentual de participação	Investimento		Equivalência patrimonial	
				2026	2025	2026	2025
CTC Genomics	EUA	P&D	100%	1.314	2.221	(5.894)	(5.846)
				1.314	2.221	(5.894)	(5.846)

A movimentação dos investimentos é como segue:

Saldo em 31 de março de 2024	3.041
Aporte investida - CTC Genomics	4.528
Equivalência patrimonial	(5.846)
Ajuste acumulado de conversão	498
Saldo em 31 de março de 2025	2.221
Aporte investida - CTC Genomics	5.236
Equivalência patrimonial	(5.894)
Ajuste acumulado de conversão	(249)
Saldo em 31 de março de 2026	1.314



Notas Explicativas

As principais rubricas contábeis da controlada são como seguem:

	2026	2025
Ativo circulante	1.925	1.973
Ativo não circulante	5.150	4.207
Passivo circulante	2.753	3.102
Passivo não circulante	3.008	857
Patrimônio líquido	1.314	2.221
Prejuízo líquido	(5.894)	(5.846)



Notas Explicativas

13.Imobilizado

Consolidado	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamento de Informática	Veículos	Edifícios e Benfeitorias	Benfeitorias em imóveis terceiros	Obras em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
Custo:									
Saldo em 31 de março de 2024	78.123	6.938	13.401	10.406	2.893	63.134	12.662	2.580	197.718
Adições	11.091	1.163	2.263	2.383	17	13	23.677	16.758	57.365
Transferências	1.106	104	11	-	1.258	16.877	(11.007)	(8.349)	-
Baixas	-	(4)	(205)	(686)	-	-	-	-	(895)
Conversão moeda	739	55	206	-	-	358	-	-	1.358
Saldo em 31 de março de 2025	91.058	8.257	15.676	12.103	4.168	80.382	25.332	10.989	247.966
Adições	24.351	1.060	3.899	1.537	45	47	88.735	19.354	139.028
Transferências	12.957	632	10	170	-	15.120	(2.587)	(26.301)	(0)
Baixas	(2)	-	(80)	(539)	-	-	(1.027)	-	(1.648)
Conversão moeda	(735)	(39)	(98)	-	-	-	-	-	(872)
Saldo em 31 de março 2026	127.629	9.910	19.407	13.271	4.213	95.549	110.453	4.042	384.474
Depreciação:									
Saldo em 31 de março de 2024	(52.151)	(3.312)	(8.343)	(5.851)	(1.201)	(28.093)	-	-	(98.951)
Depreciação no exercício	(5.921)	(588)	(1.906)	(1.398)	(262)	(5.452)	-	-	(15.526)
Baixa depreciação	-	3	184	326	-	-	-	-	513
Transferência	(20)	(1)	-	-	-	21	-	-	-
Conversão moeda	(470)	(27)	(95)	-	-	(328)	-	-	(920)
Saldo em 31 de março de 2025	(58.562)	(3.925)	(10.160)	(6.923)	(1.463)	(33.852)	-	-	(114.884)
Depreciação no exercício	(8.094)	(707)	(2.052)	(1.613)	(343)	(7.096)	-	-	(19.904)
Baixa depreciação	0	-	73	330	-	-	-	-	404
Conversão moeda	551	30	82	-	-	-	-	-	661
Saldo em 31 de março 2026	(66.105)	(4.602)	(12.057)	(8.205)	(1.806)	(40.948)	-	-	(133.723)
Saldo em 31 de março de 2025	32.497	4.332	5.516	5.181	2.706	46.529	25.332	10.989	133.082
Saldo em 31 de março 2026	61.524	5.308	7.350	5.066	2.407	54.601	110.453	4.042	250.751
Taxa de depreciação	10%	10%	20%	10%	5%	8%			



Notas Explicativas

Controladora	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamento de Informática	Veículos	Edifícios e Benfeitorias	Benfeitorias em imóveis terceiros	Obras em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
Custo:									
Saldo em 31 de março de 2024	73.175	6.567	12.588	10.406	2.893	60.737	12.662	2.580	181.608
Adições	11.091	1.163	2.263	2.383	17	13	23.677	16.758	57.365
Transferências	1.106	104	11	-	1.258	16.877	(11.007)	(8.349)	-
Baixas	-	(4)	(205)	(686)	-	-	-	-	(895)
Saldo em 31 de março de 2025	85.372	7.830	14.657	12.103	4.168	77.627	25.332	10.989	238.079
Adições	24.318	1.060	3.842	1.537	45	47	88.682	19.354	138.885
Transferências	12.957	632	10	170	-	15.120	(2.587)	(26.301)	-
Baixas	(3)	-	(80)	(539)	-	-	(1.026)	-	(1.648)
Saldo em 31 de março 2026	122.644	9.522	18.429	13.271	4.213	92.794	110.401	4.042	375.316
Depreciação:									
Saldo em 31 de março de 2024	(49.002)	(3.132)	(7.706)	(5.852)	(1.201)	(25.895)	-	-	(92.788)
Depreciação no exercício	(5.109)	(529)	(1.815)	(1.398)	(262)	(5.452)	-	-	(14.564)
Baixa depreciação	-	3	184	326	-	-	-	-	513
Transferências	(20)	(1)	-	-	-	21	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2025	(54.131)	(3.658)	(9.337)	(6.924)	(1.463)	(31.326)	-	-	(106.839)
Depreciação no exercício	(7.515)	(660)	(1.987)	(1.613)	(343)	(7.096)	-	-	(19.213)
Baixa depreciação	0	-	74	331	-	-	-	-	404
Saldo em 31 de março 2026	(61.646)	(4.318)	(11.250)	(8.206)	(1.806)	(38.422)	-	-	(125.648)
Saldo em 31 de março de 2025	31.241	4.171	5.320	5.180	2.705	46.301	25.332	10.989	131.239
Saldo em 31 de março 2026	60.998	5.204	7.179	5.065	2.407	54.372	110.401	4.042	249.668
Taxa de depreciação	10%	10%	20%	10%	5%	8%			

Notas Explicativas

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados se necessário de forma prospectiva. A análise foi realizada com base em laudo técnico emitido por profissionais especializados sobre as informações contábeis 31 de março de 2026.

Plantio de cana corresponde às plantas portadoras que são exclusivamente utilizados para cultivar a cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar é classificada como cultura semi-perene, cujo ciclo produtivo economicamente viável tem duração média de cinco cortes.

O montante alocado em obras em andamento refere-se principalmente a melhorias em laboratórios de pesquisas e construção da planta demonstrativa de Sementes Sintéticas com finalização prevista até o final da safra atual.

O Grupo avalia anualmente se há indicadores de perda de valor de um ativo, havendo indícios, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. Para este exercício findo o Grupo não identificou a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável do ativo.

14.Direito de uso e obrigações com arrendamentos

a. Direito de uso

A movimentação no direito de uso é como segue:

Consolidado	Imóveis partes relacionadas (NE 27)	Imóveis	Veículos	Arrendamento agrícola partes relacionadas (NE 27)	Arrendamento agrícola	Total
31 de março de 2024	15.182	630	5.577	2.292	4.454	28.135
Adição/mensuração	-	3.386	5.621	8.935	1.339	19.281
Conversão de moeda	-	293	-	-	-	293
Amortização	(3.374)	(2.118)	(3.516)	(2.268)	(907)	(12.183)
Transferência	-	-	-	(662)	662	-
31 de março de 2025	11.808	2.191	7.683	8.297	5.548	35.526
Adição/mensuração	-	3.193	11.315	203	1.262	15.973
Conversão de moeda	-	(199)	-	-	-	(199)
Amortização	(3.374)	(1.270)	(6.723)	(2.266)	(1.292)	(14.925)
31 de março de 2026	8.434	3.915	12.275	6.234	5.518	36.375
Taxa de amortização	9%	9%	33%	10%	10%	

Controladora	Imóveis partes relacionadas (NE 23)	Veículos	Arrendamento agrícola partes relacionadas (NE 23)	Arrendamento agrícola	Total
31 de março de 2024	15.182	5.577	2.292	4.454	27.505
Adição/mensuração	-	5.621	8.935	1.339	15.895
Amortização	(3.374)	(3.516)	(2.268)	(907)	(10.065)
Transferência	-	-	(662)	662	-
31 de março de 2025	11.808	7.683	8.297	5.548	33.336
Adição/mensuração	-	11.315	203	1.262	12.780
Amortização	(3.374)	(6.723)	(2.266)	(1.292)	(13.655)
31 de março de 2026	8.434	12.275	6.234	5.518	32.461
Taxa de amortização	9%	9%	33%	10%	10%

b. Passivo de arrendamento

A movimentação no passivo de arrendamento é como segue:

Consolidado	Imóveis partes relacionadas (NE27)	Imóveis	Veículos	Arrendamento agrícola partes relacionadas (NE 27)	Arrendamento agrícola	Total
31 de março de 2024	17.440	753	3.740	2.540	4.644	29.118
Adição/mensuração anual	-	3.386	5.621	8.935	1.339	19.281
Conversão de moeda	-	314	-	-	-	314
Apropriação de encargos financeiros	1.154	244	490	258	420	2.566
Pagamento	(4.554)	(2.429)	(5.253)	(2.671)	(1.221)	(16.130)
Transferência	-	-	-	(826)	826	-
31 de março de 2025	14.040	2.268	4.598	8.236	6.008	35.150
Adição/mensuração anual	-	3.193	11.315	203	1.262	15.973
Conversão de moeda	-	(207)	-	-	-	(207)
Apropriação de encargos financeiros	898	176	414	224	495	2.207
Pagamento	(4.554)	(1.259)	(6.570)	(2.313)	(1.719)	(16.415)
31 de março de 2026	10.384	4.171	9.757	6.350	6.046	36.708
Circulante	3.860	827	6.031	993	1.349	13.060
Não circulante	6.524	3.344	3.726	5.357	4.697	23.648



Notas Explicativas

Controladora	Arrendamento agrícola partes relacionadas (NE 27)	Veículos	Arrendamento agrícola partes relacionadas (NE 27)	Arrendamento agrícola	Total
31 de março de 2024	17.440	3.740	2.540	4.644	28.364
Adição/mensuração anual	-	5.621	8.935	1.339	15.895
Apropriação de encargos financeiros	1.154	490	258	420	2.322
Pagamento	(4.554)	(5.253)	(2.671)	(1.221)	(13.699)
Transferência	-	-	(826)	826	-
31 de março de 2025	14.040	4.598	8.236	6.008	32.882
Adição/mensuração anual	-	11.315	203	1.262	12.780
Apropriação de encargos financeiros	898	414	224	495	2.031
Pagamento	(4.554)	(6.570)	(2.313)	(1.719)	(15.156)
31 de março de 2026	10.384	9.757	6.350	6.046	32.537
Circulante	3.930	5.503	1.095	1.369	11.897
Não circulante	6.454	4.254	5.255	4.677	20.640

Em 31 de março de 2026 o perfil de vencimento do passivo de arrendamento consolidado é como segue:

Exercícios	Valor presente
01 - 12 meses	12.724
13 - 24 meses	12.256
25 - 36 meses	8.313
37 - 48 meses	2.623
> 49 meses	3.783
Total bruto	39.700
Direito potencial de PIS e COFINS a recuperar (i)	(3.672)
Total líquido	36.028

i) Refere-se ao direito potencial de créditos de PIS/COFINS sobre os pagamentos do arrendamento calculado com base na alíquota teórica de 9,25%. Esta divulgação visa atender ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ N° 02/2019 e representa apenas uma estimativa. Portanto, não constituem efetivamente os créditos que poderão ser tomados no futuro, sendo que quando tal fato ocorrer, os referidos créditos poderão ser materialmente diferentes devido à possibilidade de a alíquota efetiva ser diferente da teórica ou o pagamento não estar sujeito à tomada de crédito, por exemplo, por conta de alterações subsequentes na legislação tributária.

15.Intangível

Consolidado	Software	Melhoramento genético	Novas tecnologias	Melhoramento genético em desenvolvimento	Novas tecnologias em desenvolvimento	Total
Custo:						
Saldo em 31 de março de 2024	35.552	97.968	155.877	113.777	94.529	497.703
Adições	3.014	-	32	45.180	59.024	107.250
Conversão moeda	190	-	183	-	-	373
Saldo em 31 de março de 2025	38.756	97.968	156.092	158.957	153.553	605.326
Adições	4.225	-	1.752	52.722	62.588	121.287
Transferência	-	13.449	-	(13.449)	-	-
Conversão moeda	(135)	-	(119)	-	-	(254)
Saldo em 31 de março de 2026	42.846	111.417	157.725	198.230	216.141	726.359
Amortização:						
Saldo em 31 de março de 2024	(24.779)	(20.520)	(13.293)	-	-	(58.592)
Amortização	(5.204)	(4.008)	(10.457)	-	-	(19.669)
Conversão moeda	(184)	-	(181)	-	-	(365)
Saldo em 31 de março de 2025	(30.167)	(24.528)	(23.931)	-	-	(78.626)
Amortização	(2.885)	(5.282)	(11.721)	-	-	(19.888)
Conversão moeda	118	-	113	-	-	231
Saldo em 31 de março de 2026	(32.934)	(29.810)	(35.539)	-	-	(98.283)
Saldo em 31 de março de 2025	8.589	73.440	132.161	158.957	153.553	526.700
Saldo em 31 de março de 2026	9.912	81.607	122.186	198.230	216.141	628.076



Notas Explicativas

Controladora	Software	Melhora- mento gené- tico	Novas tecno- logias	Melhora- mento gené- tico em de- senvolvi- mento	Novas tecno- logias em de- senvolvi- mento	Total
Custo:						
Saldo em 31 de março de 2024	34.277	97.968	154.493	113.777	94.529	495.044
Adições	3.013	-	32	45.180	59.025	107.250
Saldo em 31 de março de 2025	37.290	97.968	154.525	158.957	153.554	602.294
Adições	4.225	-	1.752	52.722	62.588	121.287
Transferência	-	13.449	-	(13.449)	-	-
Saldo em 31 de março de 2026	41.515	111.417	156.277	198.230	216.142	723.581
Amortização:						
Saldo em 31 de março de 2024	(23.572)	(20.520)	(12.095)	-	-	(56.187)
Amortização	(5.147)	(4.008)	(10.426)	-	-	(19.581)
Saldo em 31 de março de 2025	(28.719)	(24.528)	(22.521)	-	-	(75.768)
Amortização	(2.885)	(5.282)	(11.721)	-	-	(19.888)
Saldo em 31 de março de 2026	(31.604)	(29.810)	(34.242)	-	-	(95.656)
Saldo em 31 de março de 2025	8.571	73.440	132.004	158.957	153.554	526.526
Saldo em 31 de março de 2026	9.911	81.607	122.035	198.230	216.142	627.925

Os custos com desenvolvimento referem-se a gastos incorridos, segregados da seguinte maneira:

Consolidado	31/03/2025	Adições	Conversão de moeda	31/03/2026
Melhoramento genético (a)	256.925	52.722	-	309.647
Novas Tecnologias (b)	309.645	64.340	(119)	373.866
Total	566.572	117.062	(119)	683.515

Consolidado	31/03/2024	Adições	Conversão de moeda	31/03/2025
Melhoramento genético (a)	211.745	45.180	-	256.925
Novas Tecnologias (b)	250.407	59.057	181	309.645
Total	462.152	104.237	183	566.572

Os custos com os projetos Melhoramento genético e Novas tecnologias, são classificados conforme segue:

- Fase 1: Pesquisa aplicada e prova de conceito, a qual abrange a avaliação quanto à atratividade, mérito técnico, o potencial de aplicação no mercado, definição de protocolos e protótipo de laboratório.
- Fase 2: Desenvolvimento precoce, a qual abrange o refinamento de processos e protocolos, os *startups* de investigação em campo e potencialmente plantas Piloto.
- Fase 3: Desenvolvimento avançado, a qual abrange testes de campo, a análise regulatória e potencialmente plantas demonstração.
- Fase 4: Pré-lançamento, a qual abrange as aprovações regulatórias, *Seed bulk-up*,



Notas Explicativas

detalhamento do plano de negócios e plantas em escala semicomercial ou comercial.

a) Melhoramento genético

O Programa de Melhoramento genético, por meio de seus polos regionais estrategicamente distribuídos pelo País (PR/MG/ MS/ MT/TO/ SP/GO), permite o Grupo desenvolver variedades cada vez mais produtivas e que contemplam todas as condições de produção das diferentes regiões onde a planta é cultivada no Brasil.

A diversificação e a modernização do plantel varietal contribuem decisivamente para a sustentabilidade do agronegócio, não só pelos ganhos de produtividade, como também pela melhoria da qualidade, pela redução dos riscos fitossanitários e de perdas agrícolas. Isso porque esses novos materiais genéticos são desenvolvidos para atender aos modernos processos produtivos, como plantio e colheita mecanizados.

O CTC detém os direitos de Propriedade Intelectual dessas variedades pelo período de 15 anos a contar da data de concessão de seus respectivos certificados de proteção, conforme estabelece a Lei de Proteção de Cultivares (Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997).

b) Novas tecnologias

i) Projetos melhoramento genético com emprego de biotecnologia (transgenia)

A Biotecnologia, ferramenta para o esperado salto de produtividade do canavial, é capaz de acelerar o processo de melhoria contínua de produtividade das variedades convencionais e, ainda, incorporar à cana características desejáveis (*traits*) que oferecem vantagens econômicas, ambientais e de manejo, tais como aqueles já usufruídos por produtores de soja, milho e algodão no Brasil.

O Programa de Biotecnologia, tem como foco principal é a produção de plantas geneticamente modificadas com o uso de genes que conferem tolerância a insetos e herbicidas. Esta estratégia de controle já foi empregada em outras culturas, tais como milho, soja e algodão, e apresentam bons resultados em relação ao controle de suas pragas agrícolas.

As plantas geneticamente modificadas estão sujeitas a aprovação pela Comissão Técnica Nacional de Biotecnologia (CTNBio) no Brasil, e os produtos com ela produzidos sujeitos a processos de desregulamentação nos países para onde são exportados.

O CTC detém os direitos de Propriedade Intelectual dessas variedades e das tecnologias relacionadas por pelo menos 15 anos a contar da data de concessão de seus respectivos certificados provisórios de proteção, conforme estabelece a Lei de Proteção de Cultivares (Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997) e/ou por pelo menos 20 anos a contar da data de depósito de pedido de patente de invenção, conforme estabelece a Lei de Propriedade industrial (Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996).

ii) Projeto Sementes Artificiais

O Projeto de Sementes Artificiais tem por objetivo desenvolver um novo sistema de plantio de cana-de-açúcar através de sementes sintéticas, a fim de obter um aumento da eficiência no processo produtivo como um todo por meio da utilização de materiais genéticos de qualidade, livres de pragas e doenças, maquinários mais leves para plantio, levando a menor compactação do solo, menor volume de material por hectare, dentre outros.

Esse projeto reforça o nosso papel disruptivo, uma vez que a Companhia acredita que inexistia tecnologia semelhante no Brasil ou no mundo.

Alocação dos desembolsos com pesquisas



Notas Explicativas

As despesas de pesquisa são reconhecidas no resultado, desembolsos com desenvolvimento são capitalizados apenas como ativos intangíveis se os critérios de reconhecimento do IAS 38/CPC 4 - Ativo Intangível forem atendidos, isso inclui a suficiente certeza de que a atividade de desenvolvimento dará origem a fluxos de caixa financeiros futuros que também cobrem os respectivos gastos de desenvolvimento.

No caso do Grupo, isso ocorre de acordo as regras atribuídas para cada tecnologia, sendo elas:

- a. Melhoramento genético: todos os gastos incorridos em variedades comerciais desde a fase 2 até a Fase 4;
- b. Novas Tecnologias: todos os gastos incorridos em variedades comerciais de tecnologia já conhecidas até sua desregulamentação internacional e nos casos de desenvolvimento de novas tecnologias, apenas gastos de Fase 4.

Os custos com os projetos de Melhoramento genético e Novas Tecnologias, incorridos fora das normas citadas acima, são reconhecidas no resultado na rubrica de “custos de pesquisa e serviços prestados”.

A amortização dos ativos intangíveis de desenvolvimento e registro de produtos é reconhecida no “custos por natureza”, nota explicativa nº 24.

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Anualmente, a Companhia avalia a recuperabilidade (“impairment”) dos saldos de ativos intangíveis, substancialmente representados por ativos relacionados ao melhoramento genético, biotecnologia, softwares e tecnologias em desenvolvimento. A metodologia utilizada para avaliação do valor recuperável é baseada no fluxo de caixa descontado, considerando premissas financeiras e operacionais aprovadas pela Administração, conforme descrito abaixo:

- (i) **Período de projeção** – Fluxos de caixa projetados com base no planejamento estratégico e orçamentos aprovados pela Administração, considerando período explícito de projeção e perpetuidade para o período residual;
- (ii) **Receitas** – Projetadas considerando o histórico operacional, expectativas de mercado, evolução tecnológica, expansão da base de clientes, licenciamentos, royalties e perspectivas de adoção das variedades e tecnologias desenvolvidas pela Companhia;
- (iii) **Margens operacionais** – Determinadas com base no desempenho histórico, eficiência operacional esperada e estratégia comercial da Companhia;
- (iv) **Custos e despesas operacionais** – Projetados considerando estruturas operacionais atuais, inflação esperada, ganhos de eficiência e investimentos necessários para manutenção das operações e continuidade dos projetos;
- (v) **Investimentos (Capex)** – Considerados conforme orçamento aprovado pela Administração, incluindo investimentos em pesquisa, desenvolvimento, infraestrutura tecnológica e manutenção operacional;
- (vi) **Crescimento no período residual** – Compatível com as expectativas de crescimento de longo prazo do setor de biotecnologia e agronegócio, bem como projeções macroeconômicas de mercado;
- (vii) **Taxa de desconto** – Os fluxos de caixa futuros foram descontados a valor presente utilizando metodologia baseada no Weighted Average Cost of Capital (“WACC”), considerando riscos específicos do negócio, estrutura de capital e condições econômicas e de mercado vigentes. A taxa média adotada no período de projeção é de 14% ao ano.

A Administração não identificou indicadores de perda no valor recuperável dos ativos intangíveis em 31 de março de 2026.

Notas Explicativas

16.Fornecedores

Referem-se, substancialmente, a fornecedores de máquinas e equipamentos, materiais e prestadores de serviços de assessoria técnica, assessoria de engenharia e consultoria.

	Consolidado		Controladora	
	2026	2025	2026	2025
Fornecedores nacionais	45.900	22.947	45.900	22.947
Fornecedores estrangeiros	3.658	1.544	2.666	516
	49.558	24.491	48.566	23.463

17.Financiamento

Consolidado e controladora			Vencimento		Garantias	31/03/2026	31/03/2025
Modalidade	Moeda	Encargos	De	até			
Financiamentos	R\$	3,3% + TR a.a.	2027	2035	Fiança bancária	178.749	134.070
Financiamentos máquinas	R\$	2,4% + CDI a.a.	2024	2028		982	1.362
						179.731	135.432
Circulante						749	665
Não circulante						178.982	134.767

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Consolidado e controladora	31/03/2025	Captações	Juros incorridos	Pagamentos	Juros pagos	31/03/2026
Financiamentos	134.070	44.595	8.651	-	(8.567)	178.749
Financiamentos máquinas	1.362	-	76	(380)	(76)	982
Total	135.432	44.595	8.727	(380)	(8.643)	179.731

Consolidado e controladora	31/03/2024	Captações	Juros incorridos	Pagamentos	Juros pagos	31/03/2025
Financiamentos	74.435	59.460	5.080	-	(4.905)	134.070
Financiamentos máquinas	-	1.520	10	(168)	-	1.362
Total	74.435	60.980	5.090	(168)	(4.905)	135.432

Os montantes do passivo têm a seguinte composição por exercício de vencimento:

Exercício de vencimento	31/03/2026	31/03/2025
2025	-	570
2026	654	380
2027	7.736	5.897
2028	22.384	16.867
2029	22.068	16.551
Demais anos	126.889	95.167
	179.731	135.432

Em 22 de agosto de 2023, a Companhia assinou contrato de financiamento, para captação de recursos junto a FINEP, no montante de R\$180.000, com vencimento final em 2035. Sobre o montante principal incidirão juros de taxa referencial ("TR") + 3,3% ao ano.

O recebimento inicial no montante de R\$ 75.000 ocorreu em 24 de outubro de 2023, a segunda parcela de liberação no montante de R\$ 60.000 ocorreu em 10 de julho de 2024 e a terceira e última tranche do contrato de financiamento no valor de R\$ 45.000 foi realizada em 23 de julho de 2025.



Notas Explicativas

Com esta liberação, o montante total contratado foi integralmente disponibilizado à Companhia, reforçando a capacidade de investimento em inovação e desenvolvimento tecnológico. O pagamento dos juros ocorre mensalmente e o pagamento do principal terá primeira parcela a partir de 2027, o qual também será pago mensalmente.

18. Salários, férias e encargos a pagar

	Consolidado		Controladora	
	2026	2025	2026	2025
Provisão de férias, 13º salário e encargos	14.639	12.813	14.639	12.813
Provisão para participação nos resultados (i)	25.765	24.404	25.167	23.741
Provisão para bônus NE 22e	1.038	-	1.038	-
Encargos trabalhistas a pagar	11.692	9.736	11.692	9.736
Outros	99	-	99	-
	53.233	46.953	52.635	46.290

(i) Movimentação da provisão para participação nos resultados

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta metas previamente definidas aos funcionários. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que tenha criado uma obrigação. O montante provisionado na safra 24/25 foi revertido após o pagamento que ocorreu em julho de 2025.

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de março de 2024	21.894	21.655
Pagamento do exercício	(21.576)	(21.053)
Provisão do exercício	24.086	23.139
Saldo em 31 de março de 2025	24.404	23.741
Pagamento do exercício	(23.802)	(23.741)
Provisão do exercício	25.163	25.167
Saldo em 31 de março de 2026	25.765	25.167

19. Provisão para processos judiciais

O Grupo, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível entre outros. A Diretoria, apoiada pela opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de março de 2026, se encontra provisionado o montante de R\$ 364 (R\$ 650 em 31 de março de 2025), o qual, na opinião da Diretoria e de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos trabalhistas em andamento. A contrapartida do ajuste da contingência está registrada na conta de despesas administrativas e com vendas. Se encontram registrados na rubrica de depósitos judiciais referentes a esses processos, R\$ 993 em 31 de março de 2026 (R\$ 1.186 em 31 de março de 2025).

Notas Explicativas

	Consolidado e controladora	
	Provisões de natureza trabalhista	Depósitos judiciais
Saldo em 31 de março de 2024	(1.362)	1.453
Adições	(615)	203
Baixas	1.327	(470)
Saldo em 31 de março de 2025	(650)	1.186
Adições	(361)	-
Baixas	647	(193)
Saldo em 31 de março de 2026	(364)	993

Adicionalmente, o Grupo está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista, em diversas fases do rito processual. Os processos de natureza tributária federal referem-se, principalmente, a discussões sobre interpretação e aplicação da legislação tributária no curso normal das operações da Companhia. Na avaliação dos consultores jurídicos, a probabilidade de perda desses processos é classificada como possível, totalizando R\$ 58.815 (R\$ 62.095 em 31 de março de 2025). As contingências cíveis totalizam R\$5.117 (R\$ 23.332 em 31 de março de 2025) e as trabalhistas, R\$ 854 (R\$ 1.435 em 31 de março de 2025), em diversas fases do rito processual.

20.Provisão benefícios pós-emprego

A Companhia possui um compromisso de assistência médica pós-emprego com seus empregados no Brasil (ativos e aposentados) e seus dependentes, em decorrência das contribuições fixas e mensais que foram realizadas pelos empregados, garantindo a esse grupo a continuidade no plano de assistência médica e outros benefícios pós emprego. Os saldos relativos à provisão de benefícios pós- emprego concedidos a empregados estão representados a seguir:

	Consolidado e controladora	
	2026	2025
Assistência médica pós-emprego	6.264	5.839
Outros benefícios	999	1.007
	7.263	6.846
Circulante	914	957
Não circulante	6.349	5.889

O plano está exposto principalmente ao risco de aumento dos custos médicos devido à inflação, novas tecnologias, novos tipos de cobertura e a um maior nível de utilização de benefícios médicos. A Companhia aprimora continuamente a qualidade de seus processos técnicos e administrativos, bem como dos programas de saúde oferecidos aos beneficiários, a fim de mitigar esse risco.

Os empregados e aposentados realizam contribuições fixas mensais para cobertura de procedimentos e contribuições variáveis de alguns procedimentos, ambas com base nas tabelas de contribuição do plano, que são definidas com base em determinados parâmetros, como o salário e níveis de idade.

Revisão anual do plano de saúde

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas. Dentre as principais estão:

- Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente, que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro; e
- Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de

Notas Explicativas

desembolsos para cada indivíduo (per capita) da companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

Essas e outras estimativas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais. Em 31 de março de 2026, o passivo foi remensurado com as premissas atuariais vigentes cujo resultado está demonstrado no quadro abaixo.

Incertezas de mensuração associadas à obrigação de benefício definido

As premissas atuariais financeiras e demográficas significativas usadas para determinar a obrigação de benefício definido são apresentadas na tabela abaixo:

	2026	2025
Tábua de Mortalidade	AT-2000, por sexo	AT-2000, por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas
Tábua de Mortalidade de Inválidos IAPB 1957		
Rotatividade 0,30 / (Tempo de Serviço + 1) (1)		
Idade para Aposentadoria 100% aos 60 anos (2)		
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPB 1957	IAPB 1957
Rotatividade	0,30 / (Tempo de Serviço + 1) (1)	0,30 / (Tempo de Serviço + 1) (1)
Idade para Aposentadoria	100% aos 60 anos (2)	100% aos 60 anos (2)
Composição Familiar		
– Ativos	90% casados no momento da aposentadoria, homens 4 anos mais velhos que as mulheres	90% casados no momento da aposentadoria, homens 4 anos mais velhos que as mulheres
– Inativos	Grupo Familiar informado	Grupo Familiar informado
Taxa Estimada de Permanência no Plano	100%	100%

	Consolidado	2026	2025
Saldo inicial		6.846	5.716
Despesa Reconhecida (Custo do Serviço + Custo do Juros)		844	818
Benefícios Pagos		(322)	(353)
Passivo atuarial (esperado)		7.368	6.181
(Ganho) / Perda pela Mudança de Hipóteses Financeiras		148	(1.256)
(Ganho) / Perda Experiência		(245)	915
Despesa Estimada sobre o Passivo		7.271	5.839
Outros benefícios		(8)	1.007
Despesa Estimada sobre o Passivo		7.263	6.846

21.Subvenção governamental

A Companhia celebrou contrato de apoio financeiro com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) o montante total de R\$ 72.627 a título de subvenção econômica. O prazo total das subvenções é de 36 meses com recursos aplicados no desenvolvimento de três projetos:

- Projeto Sementes – “Construção da fábrica piloto de sementes para o projeto sementes de cana- de-açúcar”, no montante de R\$ 39.523;
- Projeto Produtividade – “Maximizando a Produtividade da Cana-de-Açúcar pela integração de tecnologias para a produção de materiais vegetais in vitro de alta qualidade”, no montante de R\$ 14.664; e
- Projeto Sphenophurus - “Maximizando a produtividade da cana-de-açúcar: estratégias biotecnológicas para desenvolvimento de variedades com resistência a inseto praga”, no montante de R\$ 18.440.

Os contratos foram firmados entre os meses de novembro e dezembro de 2024 e foram reconhecidos como passivo de assistência governamental conforme valores liberados em conta corrente. O reconhecimento e a contabilização da subvenção seguem as disposições do CPC 07 (R1) / IAS 20 – Subvenção e Assistência Governamentais, bem como outras normas e legislações contábeis aplicáveis, incluindo a Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017, que regula os efeitos tributários relacionados a subvenções para investimento. A subvenção econômica recebida está sujeita a contrapartidas, especificadas no contrato firmado com a FINEP, incluindo: prestação de contas técnica e financeira periódica; alcance de metas previamente acordadas; entre outras condições.

Em 31 de março de 2026 se encontra registrado na rubrica de subvenção os montantes



Notas Explicativas

recebidos das primeiras parcelas dos projetos “Sphenophurus”, “Produtividade” e “Sementes”:

Consolidado e controladora	2026	2025
Projeto Sphenophurus	8.380	8.380
Projeto Produtividade	7.217	7.217
Projeto Sementes	39.136	17.280
Total	54.733	32.877

A movimentação durante o exercícios findos para a rubrica contábil foi conforme quadro abaixo:

Consolidado e controladora	Projeto Sphenophurus	Projeto Produtividade	Projeto Sementes	Total
Saldo em 31 de março de 2024	-	-	-	-
Adições	8.380	7.217	17.280	32.877
Saldo em 31 de março de 2025	8.380	7.217	17.280	32.877
Baixas	-	-	21.856	21.856
Saldo em 31 de março de 2026	8.380	7.217	39.136	54.733

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de março de 2026 é de R\$ 812.203 (R\$ 562.203 em 31 de março de 2025), representado por 320.748.000 ações (idêntico em 31 de março de 2025) sendo todas ordinárias nominativas, sem valor nominal totalmente subscrita e integralizadas. A Companhia em conformidade com seu Estatuto Social, deliberou em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de junho de 2025, um aumento de capital social no valor de R\$ 250.000, mediante reclassificação de parte da reserva estatutária denominada “Reserva de integralidade do patrimônio líquido”. Essa reserva foi constituída conforme previsão estatutária para atender a fins específicos previamente definidos, estando dentro dos limites legais e estatutários.

Destinação do lucro

b) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

Em 31 de março de 2026, a Companhia apresenta reserva legal no valor de R\$ 46.028 (R\$ 35.204 em 31 de março de 2025).

c) Reserva de incentivo fiscal

Constituída nos termos do artigo 195-A da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/0, a Companhia destinará a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, sendo esta parcela excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Desta forma, em 31 de março de 2026, o montante de reserva de incentivo fiscal é de R\$ 48.436 (R\$ 23.571 em 31 de março de 2025). Essa reserva é decorrente de incentivo fiscal de redução parcial do imposto de renda obtido pelas operações conduzidas em áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), aplicado à unidade de Camamu no estado da Bahia.

Notas Explicativas

d) Reserva de integralidade do patrimônio líquido

O Estatuto Social da Companhia prevê que o lucro remanescente após destinações legais e provisionamento dos dividendos poderá ser destinado pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária mediante proposta do Conselho de Diretoria, observado o limite do capital social, para uma reserva estatutária denominada Reserva de Integralidade do Patrimônio Líquido. O valor atual desta reserva é de R\$ 355.818. (R\$ 484.561 em 31 de março de 2025), que representa a totalidade do saldo residual após destinações legais representadas pelo aumento de capital, distribuição de dividendos adicionais.

e) Reserva de capital

Pagamento baseado em ações

A Companhia possui plano de remuneração baseado em ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de janeiro de 2016, destinado a determinados membros da Diretoria Estatutária e Não Estatutária e executivos em nível gerencial, conforme definido pelo Conselho de Diretoria (“Beneficiários”).

O plano original previa a outorga de opções de compra de ações ordinárias da Companhia, condicionadas ao cumprimento de metas organizacionais e individuais, bem como à permanência do beneficiário durante o período de aquisição de direito (“vesting period”). As principais metas consideradas para aquisição do direito incluem evento de Liquidez a realização de oferta pública inicial de ações (“IPO”), com negociação das ações da Companhia no segmento Novo Mercado da B3, ou outro evento equivalente aprovado pelo Conselho de Diretoria.

Entende-se por Evento de Liquidez a realização de uma oferta pública inicial de distribuição de valores mobiliários de emissão da Companhia (“IPO”), com a negociação das ações no segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA, ou outro evento equivalente aprovado pelo Conselho de Diretoria. Caso não ocorresse tal evento, o beneficiário perderia o direito às ações, sem direito a indenização.

Na ausência de Evento de Liquidez dentro do prazo previsto no plano, os beneficiários perdem o direito ao exercício das opções, sem qualquer direito de indenização ou liquidação financeira por parte da Companhia.

O plano de incentivo de longo prazo aprovado em 2016 estabeleceu cinco lotes de outorga (Safras 2016/2017 a 2020/2021). Posteriormente, a proposta de alteração do Plano foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de outubro de 2020, rerratificada em 4 de janeiro de 2021, passando a vigorar como “Plano ILP”. Nesse contexto, ocorreram as outorgas das Safras 2021/2022, 2022/2023 e, em julho de 2024, foi realizada a 8ª outorga, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 19 de julho de 2024, com a distribuição de 279.093 ações a executivos-chave.

Em junho de 2024 os acionistas aprovaram a adoção de um novo plano que substitui o modelo anterior por um formato híbrido, composto por:

- i. Opções de Compra de Ações (ILP): equivalentes a 50% do *target* salarial do ICP (incentivo de curto prazo), entregues aos beneficiários através do exercício de opções de compra de ações na hipótese de ocorrência de um Evento de Liquidez. Na 9º Outorga foram distribuídas 218.859 ações.
- ii. Bônus de Longo Prazo em dinheiro (BLP): também de 50% do *target* salarial do ICP (incentivo de curto prazo), condicionado a metas estratégicas e com prazo de aquisição de 3 anos, considerando como parâmetros as metas da safra 2024/2025

O plano aprovado entrou em vigor na safra 2024/2025 para as novas outorgas realizadas a partir da safra 2025/2026 e os preços de exercício foram determinados pelo valor justo das ações na data da outorga.”

Plano	1ª outorga	2ª outorga	3ª outorga	4ª outorga	5ª outorga	6ª outorga	7ª outorga	8ª Outorga	9ª Outorga
-------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------



Notas Explicativas

Data da outorga	20/07/2017	25/06/2018	19/07/2019	20/07/2020	13/07/2021	21/06/2022	21/07/2023	19/07/2024	26/06/2025	Total
Ações outorgadas	210.000	227.600	249.600	223.200	181.600	170.000	111.200	279.093	218.859	1.871.152
Ações canceladas (i)	(8.800)	(25.200)	(27.200)	(16.000)	(18.000)	(34.000)	(10.800)	-	-	(140.000)
Ações concedidas	201.200	202.400	222.400	207.200	163.600	136.000	100.400	279.093	218.859	1.731.152
Ações baixadas (i)	(20.880)	(20.880)	(22.680)	(20.880)	(13.680)	(12.360)	(8.400)	-	-	(119.760)
Ações Restantes	180.320	181.520	199.720	186.320	149.920	123.640	92.000	279.093	218.859	1.611.392

- As ações canceladas referem-se às outorgas concedidas a ex-beneficiários que não fazem mais parte do quadro de colaboradores da Companhia..
- As Ações baixadas refere-se a recompra de ações anteriorente outorgadas a ex-beneficiários da Companhia.

A Companhia reconheceu no exercício uma de despesa administrativa de R\$ 6.545, sendo R\$ 5.507 com opções de ações e R\$ 1.038 referente ao “bônus de longo prazo” em 31 de março de 2026.

Em função da concessão das ações estar vinculada a ocorrência do evento de liquidez, não houve qualquer exercício dessas desde a constituição do plano. O total de ações outorgadas em 31 de março de 2026, 1.611.392 ações (1.392.533 em 31 de março de 2025) foram reconhecidos líquidos no exercício R\$ 4.130 no patrimônio líquido à rubrica de reserva de capital.

O programa tem como objetivo reforçar a retenção dos executivos chave e alinhar seus interesses com os dos acionistas, na criação de valor para o negócio de forma sustentável e no longo prazo.

Quando do lançamento de cada Programa, o Conselho de Diretoria fixará os termos e as condições de cada opção em Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações (“Contrato”), a ser celebrado entre a Companhia e cada beneficiário. Este contrato definirá: (i) o número de ações que o beneficiário terá direito de adquirir ou subscrever com o exercício das opções, (ii) o preço por ação, de acordo com o Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia, e (iii) quaisquer outros termos e condições adicionais, à condição de que não estejam em desacordo com as disposições do respectivo Plano ou Programa de Ações da Companhia e Bônus de Longo Prazo.

f) Dividendos

De acordo com o estatuto da Companhia é assegurado aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido apurado no final do exercício social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, o Estatuto Social prevê a distribuição de dividendos adicionais correspondentes a 10% do lucro líquido ajustado, desde que haja disponibilidade financeira e deliberação favorável em assembleia.

A Companhia deliberou em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de junho de 2025, a distribuição de dividendos adicionais mediante reclassificação de parte da reserva estatutária denominada Reserva de Integralidade do Patrimônio Líquido.

Dividendos	31/03/2026	31/03/2025
Resultado do exercício em	216.474	175.677
(-) Reserva legal 5%	(10.824)	(8.784)
Base de destinação após reserva legal	205.650	166.893
(-) Reserva de incentivos fiscais	(24.865)	(23.571)
Base de destinação após incentivos fiscais	180.785	143.322
% Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	(45.196)	(35.830)
Dividendos propostos	(45.196)	(35.830)
Reserva de Integralidade do Patrimônio Líquido	135.589	107.492

A Companhia mantém o passivo a pagar de dividendos pelo prazo de 3 anos, após o encerramento do exercício social em que foram declarados. Após esse prazo, os valores não reclamados pelos acionistas são revertidos em contrapartida de lucros acumulados, conforme previsto no artigo 287, inciso II, da Lei nº 6.404/76.

g) Resultado por ação

A tabela abaixo reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído:



Notas Explicativas

	Controladora e Consolidado	
	2026	2025
Básico		
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia (a)	216.474	175.677
Média ponderada de ações em circulação (b)	320.748.000	320.748.000
Lucro líquido por ação ordinária em (a) / (b) x 1000	0,6749	0,5477
Diluído		
Média ponderada de ações potencial diluidora em circulação (c)	322.359.392	322.140.533
Lucro líquido por ação ordinária em (a) / (c) x 1000	0,6715	0,5453

23.Receita operacional líquida

	Consolidado e controladora	
	2026	2025
Receitas de <i>royalties</i>	288.616	296.792
Receitas de <i>royalties</i> - partes relacionadas (nota explicativa nº 27)	214.953	148.523
Venda de mudas	11.040	15.022
Outras Receitas	2.419	3.773
Impostos	(46.448)	(41.462)
Receita operacional líquida	470.580	422.648

A receita de *royalties* de um cliente representa aproximadamente R\$ 53.182 (R\$ 37.198 em março de 2025) da receita total consolidada.

24.Custos e despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	2026	2025	2026	2025
Despesas com pessoal	(130.192)	(113.091)	(130.196)	(112.805)
Serviços contratados	(61.679)	(51.520)	(63.533)	(54.396)
Despesas com materiais	(29.874)	(31.778)	(27.972)	(30.034)
Depreciação e amortização	(55.347)	(49.534)	(53.280)	(46.370)
Provisão/reversão para perda de crédito esperada	(8.054)	(7.850)	(8.054)	(7.850)
Despesas gerais	(25.143)	(36.034)	(21.691)	(32.842)
Crédito extemporâneo (i)	10.030	-	10.030	-
Outras despesas (receitas)	191	(5)	191	(5)
	(300.068)	(289.812)	(294.505)	(284.302)
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:				
Custo de pesquisa & desenvolvimento, produtos vendidos e serviços prestados	(156.249)	(139.293)	(153.211)	(135.641)
Despesas administrativas	(142.903)	(126.874)	(142.903)	(126.874)
Perdas esperadas com crédito	(8.054)	(7.850)	(8.054)	(7.850)
Outras receitas (despesas) operacionais	7.138	(15.795)	9.663	(13.937)
	(300.068)	(289.812)	(294.505)	(284.302)

(i). Refere-se a redução de base de cálculo de imposto de renda e da contribuição social decorrente de benefícios fiscais de ICMS elencados no Convênio 190/17 que regulamentou a Lei Complementar nº 160/17, e posteriormente regulamentado pela Solução de Consulta COSIT nº 169/21.

Notas Explicativas

25. Financeiras líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2026	2025	2026	2025
Receita com aplicações financeiras	84.558	59.336	84.558	59.336
Juros	14.088	6.449	14.088	6.446
Receitas financeiras	98.646	65.785	98.646	65.782
Despesas bancárias	(1.352)	(1.909)	(1.274)	(1.833)
Juros sobre empréstimos	(8.675)	(5.090)	(8.675)	(5.090)
Ajuste a valor presente	(4.613)	(4.008)	(4.360)	(3.760)
Outras despesas financeiras	(2.861)	(1.106)	(2.861)	(1.091)
Despesas financeiras	(17.501)	(12.113)	(17.170)	(11.774)
Variações cambiais, líquida	(200)	(124)	(200)	(124)
Financeiras líquidas	80.945	53.548	81.276	53.884

26. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Consolidado		Valor contábil		Valor justo	
Instrumentos financeiros		2026	2025	2026	2025
		Nível 2	Nível 2	Nível 2	Nível 2
Ativos financeiros mensurados ao valor justo					
Aplicações financeiras (nota 8)	Valor justo por meio de resultado	681.109	628.917	681.109	628.917
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo					
Depósitos a vista (nota 8)	Custo amortizado	11	17	-	-
Conta corrente (nota 8)	Custo amortizado	269	458	-	-
Contas a receber (nota 9)	Custo amortizado	101.872	97.063	-	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo					
Financiamentos (nota 17)	Valor justo por meio de resultado	179.731	135.432	-	-
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo					
Fornecedores (nota 16)	Custo amortizado	49.558	24.491	-	-
Outras contas a pagar	Custo amortizado	1.248	1.260	-	-

Controladora		Valor contábil		Valor justo	
Instrumentos financeiros		31/03/2026	31/03/2026	31/03/2026	31/03/2026
		Nível 2	Nível 2	Nível 2	Nível 2
Ativos financeiros mensurados ao valor justo					
Aplicações financeiras (nota 8)	Valor justo por meio de resultado	681.109	628.917	681.109	628.917
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo					
Depósitos a vista (nota 8)	Custo amortizado	11	17	-	-
Conta corrente (nota 8)	Custo amortizado	29	218	-	-
Contas a receber (nota 9)	Custo amortizado	101.872	97.063	-	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo					
Financiamentos (nota 17)	Custo amortizado	179.731	135.432	-	-
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo					
Fornecedores (nota 16)	Custo amortizado	48.566	23.463	-	-
Outras contas a pagar	Custo amortizado	2.580	2.445	-	-

Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Notas Explicativas

b) Gerenciamento dos riscos financeiros

O Grupo apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de liquidez; e
- c) Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo para cada um dos riscos acima, os objetivos do Grupo, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital do Grupo.

c) Estrutura do gerenciamento de risco

A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Grupo. A Diretoria é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente a Diretoria sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pelo Grupo, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo.

d) Risco de câmbio

O Grupo está exposto ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as transações são denominadas, e a respectiva moeda funcional das entidades do Grupo. As moedas funcionais do Grupo são principalmente o Real (R\$) e o Dólar Norte-Americano (USD). As moedas nas quais as transações do Grupo são primariamente denominadas são: R\$ e USD.

Instrumentos	Exposição 2025		Provável	
	USD	Risco	Taxa	Valor
Ativo Financeiros				
Bancos em moeda estrangeira	46	Redução Dólar	5,22	240
Fornecedores estrangeiros	701	Redução Dólar	5,22	3.659
Outras contas a pagar	216	Redução Dólar	5,22	1.127
Resultado financeiro projetado				5.026
Impacto no resultado e patrimônio líquido				-

e) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente do contas a receber de clientes e outros recebíveis e caixa e equivalentes de caixa.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Riscos de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente em relação a contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, e outros instrumentos financeiros. A exposição máxima ao risco de crédito na



Notas Explicativas

data-base é o valor registrado de cada classe de ativos contratuais mencionados nas notas explicativas nº 8 e 9.

Instrumentos financeiros e depósitos em bancos

O Grupo restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de grande porte.

Contas a receber

Com relação às contas a receber, o Grupo restringe sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e realização contínua de análises da situação dos clientes e de medidas cabíveis de acordo com a política vigente. Em 31 de março de 2026, não havia nenhuma concentração de risco de crédito relevante associado a clientes.

Contas a receber de clientes e outros recebíveis

A despesa com a constituição dessa provisão de perdas foi registrada na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber de clientes, os valores creditados nessa provisão são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título.

A composição por vencimento dos recebíveis na data das Informações contábeis era a seguinte:

Consolidado e controladora	2026	2025
A vencer	23.113	32.303
Vencido de 1 a 30 dias	243	163
Vencido de 31 a 60 dias	94	516
Vencido de 61 a 180 dias	7.131	6.173
Vencido de 181 a 360 dias	7.745	4.097
Vencido acima de 360 dias	63.546	53.811
Total (nota explicativa nº4)	101.872	97.063
(-) Provisão para perda de crédito esperada - partes relacionadas	(2.365)	(2.276)
(-) Provisão para perda de crédito esperada	(68.974)	(61.009)
Total (nota explicativa nº9)	(71.339)	(63.285)
	30.533	33.778

f) Risco de liquidez

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Cronograma de amortização da dívida

		Fluxo de caixa	12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	61 a 97
31 de março de 2026	Valor contábil	contratual	meses	meses	meses	meses	meses	Meses
Fornecedores	49.558	49.558	49.558	-	-	-	-	-
Arrendamentos	36.359	36.359	13.060	12.256	8.813	2.730	-	-
Financiamentos	179.731	197.774	7.356	7.356	22.902	22.902	22.902	114.356
		Fluxo de caixa	12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	61 a 97
31 de março de 2025	Valor contábil	contratual	meses	meses	meses	meses	meses	meses
Fornecedores	24.491	24.491	24.491	-	-	-	-	-
Arrendamentos	35.150	35.150	11.395	12.780	8.813	2.662	-	-
Financiamentos	135.432	148.467	5.080	5.080	5.080	17.257	17.257	98.713

g) Risco de mercado

Risco de mercado são as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros



Notas Explicativas

que impactam nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Pelas transações e operações em aberto, o risco relevante é o risco da taxa de juros.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de o Grupo vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os ativos e passivos do Grupo indexados pelo CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis do Grupo era:

Consolidado e controladora	Risco	2026	2025
Instrumentos de taxa pré-fixada			
Fornecedores		49.558	24.491
Instrumentos de taxa variável			
Aplicação financeira (instrumentos financeiros e caixa e equivalentes de caixa)	CDI	681.109	628.917
Financiamentos	TR	179.731	135.432

Análise de sensibilidade

No quadro abaixo são considerados três cenários, considerando as variações percentuais do CDI e TJLP, sendo o cenário provável 12,08%, taxa média de juros efetivos nos últimos doze meses. Os demais cenários consideram uma valorização do CDI em 25% e 50% sobre essa taxa e representam o impacto das despesas financeiras em resultado do exercício e patrimônio líquido.



Notas Explicativas

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 2025	Risco	Cenários					
			Provável		Redução do Índice em 25%		Redução do Índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativo Financeiros								
Aplicações financeiras (de liquidez imediata e liquidez não imediata)	681.109	Redução CDI (*)	14,72	100.259	11,04	75.194	7,36	50.130
Empréstimos e financiamentos								
Financiamentos	(179.731)	Redução TR	5,27	(9.472)	3,95	(7.099)	2,64	(4.745)
Outros Instrumentos								
Benefícios pós-emprego	(7.263)	Redução CDI (*)	14,72	(1.069)	11,04	(802)	7,36	(535)
Resultado financeiro projetado				89.718		67.293		44.850
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				-		(22.425)		(44.868)

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 2025	Risco	Cenários					
			Provável		Aumento do Índice em 25%		Aumento do Índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativo Financeiros								
Aplicações financeiras (de liquidez imediata e liquidez não imediata)	681.109	Crescimento CDI (*)	14,72	100.259	18,40	125.324	22,08	150.389
Empréstimos e financiamentos								
Financiamentos	(179.731)	Crescimento TR	5,27	(9.472)	6,59	(11.844)	7,91	(14.217)
Outros Instrumentos								
Benefícios pós-emprego	(7.263)	Crescimento CDI (*)	14,72	(1.069)	18,40	(1.337)	22,08	(1.604)
Resultado financeiro projetado				89.718		112.143		134.568
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				-		22.425		44.850

Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, bem como otimizar a estrutura de capital com foco na manutenção de indicadores monitorados pela Gerência Financeira e Diretoria. Esses indicadores correspondem aos índices:

De liquidez corrente (ativo circulante pelo passivo circulante) Maior ou igual a 1 Os índices de liquidez e alavancagem estão demonstrados abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	2026	2025	2026	2025
Ativo circulante	728.937	684.226	728.342	683.438
Passivo circulante	168.357	123.830	166.936	121.913
Índice de liquidez	4,33	5,53	4,36	5,61



Notas Explicativas

27. Partes relacionadas

• Controladora e controlador final

O grupo de Controladores finais é formado pelo bloco de controle, constituído pelos acionistas: Grupo Raízen, Copersucar S.A., Grupo São Martinho, Grupo Tereos, Grupo BP Bioenergy e S.A. Usina Coruripe Açúcar e Álcool.

• Remuneração do pessoal chave da Diretoria

A remuneração paga para Diretoria é definida na Assembleia Geral dos Acionistas e os valores pagos no exercício a título de remuneração foram R\$ 21.966 (R\$ 19.345) em 31 de março 2025). Em adição as despesas acima mencionadas, a Companhia possui um plano de remuneração baseada em ações conforme divulgado na nota explicativa nº 21.

Descrição	Consolidado e controladora	
	2026	2025
Remuneração fixa	12.066	9.177
Bônus, benefícios e outras remunerações variáveis	3.355	3.345
Pagamento baseado em ações virtuais	6.545	6.823
Total da remuneração e encargos	21.966	19.345

• Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício decorrem de transações que são realizadas de acordo com os preços acordados entre as partes, com o Grupo e suas partes relacionadas, para os respectivos tipos de operações:

	Nota	2026	2025
Ativo			
Contas a receber (a)	9	17.634	20.239
Passivo			
Dividendos a pagar (b)		46.684	36.765
Obrigações com arrendamento (c)	14	16.734	22.276
Outras contas a pagar (e)		1.127	1.185
		2026	2025
Resultado			
Receita de vendas (f)	23	214.953	148.523

a) Contas a receber

Operações com licenciamento de variedades de cana de açúcar e de tecnologia. Os *royalties* são reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com a essência do acordo.

Contas a receber (nota explicativa)	2026	2025
Grupo BP Bioenergia	15.092	14.788
Copersucar S.A.	2.256	4.917
Grupo Raízen	116	522
S.A. Usina Coruripe Açúcar E Álcool	170	12
	17.634	20.239



Notas Explicativas

b) Dividendos a pagar

De acordo com o estatuto da Companhia é assegurado aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido apurado no final do exercício social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, o Estatuto Social prevê a distribuição de dividendos adicionais correspondentes a 10% do lucro líquido ajustado. A Companhia possui registrados na rubrica de dividendos a pagar o montante de R\$ 45.196 (R\$ 36.109 em 31 de março de 2025) o qual está à disposição dos acionistas.

c) Passivo de arrendamento

Nos exercícios findos em 31 de março de 2026 e 31 de março 2025 a Companhia possuía registrado no passivo contratos de arrendamento das transações com partes relacionadas.

Obrigações com arrendamento de imóveis (nota 14)	2026	2025
Copersucar S.A.	10.384	14.040
	10.384	14.040
Obrigações com arrendamento agrícola (nota 14)	2026	2025
Grupo São Martinho	5.276	6.629
Grupo Raízen	157	584
Copersucar S.A.	917	1.023
	6.350	8.236

Outras contas a pagar – Controladora

Outras contas a pagar	2026	2025
CTC Genomics LLC	1.127	1.185
	1.127	1.185

d) Receitas com *royalties*

Receitas	2026	2025
Grupo BP Bioenergia	29.914	20.803
Copersucar S.A.	92.023	63.132
S.A. Usina Coruripe Açúcar E Alcool	1.986	1.530
Grupo Raízen	53.182	37.198
Grupo São Martinho	20.496	15.068
Grupo Tereos	17.352	10.792
	214.953	148.523

28. Compromisso com receita futura

A seguir são apresentados os efeitos dos recebimentos futuros já compromissados junto a nossos clientes e condicionados à existência nas datas dos faturamentos futuros, relativos aos cortes remanescentes das áreas que já se encontram plantadas.

O CTC celebra contrato sem prazo determinado de licenciamento de direito de uso de suas variedades, recebendo de seus clientes *royalties* anuais pelo exercício em que suas variedades estiverem sendo cultivadas por aproximadamente 5 anos. Tal obrigação se mantém até o término do prazo de sua proteção da propriedade intelectual 15 anos para variedades convencionais, e 20 anos para aquelas geneticamente modificadas.

A Companhia estima que, os direitos decorrentes dos futuros cortes do atual plantio, a valor presente, totalizem no montante de R\$ 1.015.669 em 31 de março de 2026, conforme demonstrado abaixo:



Notas Explicativas

Direitos futuros decorrentes de safra futura (números abaixo em milhões de reais)

Total compromisso de recebimento futuro de receita	1.411.544
Dos quais a ser reconhecido dentro de 2 anos	826.373
Dos quais a ser reconhecido entre 3 e 5 anos	585.171
Valor presente líquido do fluxo	1.015.669

A Companhia utilizou as seguintes premissas para cálculo do valor presente da receita futura:

- Inexistência de erradicação das lavouras;
- Cinco cortes (anos safra) nas lavouras existentes;
- Ajuste a valor presente; e
- Direito de cobrança de *royalties* pelo prazo de proteção da cultivar.

Conforme divulgado na nota 6.j, o CTC reconhece a receita anual de acordo com o CPC 47 e IFRS 15, sob os quais os valores dos direitos acima mencionados serão reconhecidos como receita nas demonstrações financeiras de exercícios futuros da Companhia.

29. Seguros

O Grupo possui um programa de seguros e gerenciamento de risco que proporciona cobertura e proteção compatíveis com seus ativos patrimoniais e sua operação.

As coberturas contratadas são baseadas em avaliação de riscos e perdas sendo as modalidades de seguro contratadas consideradas, pela Diretoria, suficientes para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades do Grupo.

Em 31 de março de 2026, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 68.668 para danos materiais e R\$ 50.000 para responsabilidade civil.

30. Eventos subsequentes

A) Financiamento com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Em 7 de abril de 2026, a Companhia celebrou contrato de apoio financeiro com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no montante total de R\$ 83.960, na modalidade de Cédula de Crédito Bancário. O prazo total do contrato é de 12 anos com carência de 24 meses para amortização do principal.

B) Inauguração da unidade de Produção de Sementes Sintéticas

No dia 16 de abril de 2026 a Companhia inaugurou a primeira unidade de produção de sementes sintéticas, a tecnologia visa revolucionar o setor sucroenergético, substituindo o plantio tradicional de colmos por sementes artificiais, reduzindo drasticamente o uso de insumos e acelerando a renovação de variedades.

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A. CNPJ Nº 06.981.381/0001-13

Diretoria Executiva

Diretor-Presidente
Massimiliano César de Barros Júnior

Diretor Financeiro e Relações com Investidores
Paulo Geraldo Polezi

Contador responsável: Luis Ricardo Teixeira

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas do
CTC – Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Piracicaba – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas e individuais do CTC – Centro de Tecnologia Canavieira S.A. (“Companhia”), e sua controlada, que compreendem o balanço patrimonial consolidado e individual em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações consolidadas e individuais do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada e individual do CTC – Centro de Tecnologia Canavieira S.A. e sua controlada em 31 de março de 2026, o desempenho consolidado e individual de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e individuais”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Intangíveis – Gastos com desenvolvimentos

Veja a Nota 6.e) e 15 das demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Principal assunto de auditoria

A Companhia registra no ativo intangível os gastos incorridos em conexão com o desenvolvimento e aprimoramento de novos produtos. A determinação da natureza dos gastos com desenvolvimento que podem ser capitalizados, de acordo com os requisitos do IAS 38/CPC 4 – Ativo intangível, envolve julgamentos significativos, quanto à viabilidade técnica e econômica dos projetos, bem como à expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. Em função dos julgamentos significativos, descritos acima, os critérios para a capitalização de gastos com desenvolvimento registrados no ativo intangível, adotados pela Companhia, foram considerados relevantes para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- A avaliação do desenho operacional dos controles internos implementados pela Companhia sobre a capitalização de gastos com desenvolvimento;
- A avaliação dos critérios para capitalização de gastos com desenvolvimento;
- Teste amostral das adições de intangível para validação da existência e avaliação da natureza dos gastos e aplicação dos critérios de capitalização; e
- A avaliação da análise da Companhia sobre a viabilidade comercial e tecnológica dos ativos em desenvolvimento.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Companhia, consideramos que os critérios para capitalização de gastos com desenvolvimento, adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais, consolidado e individual, em 31 de março de 2025 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 22 de maio de 2025 sem modificações.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações

do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras consolidadas e individuais tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e individuais e o relatório dos auditores. A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas e individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório como parte do nosso trabalho de auditoria das demonstrações financeiras.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas e individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas e individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 27 de maio de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP

Giovani Ricardo Pigatto
Contador CRC 1SP263189/O-7

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não se aplica, pois o Conselho Fiscal da Companhia é de caráter não permanente e, na presente data, não está constituído. As Demonstrações Financeiras são aprovadas pelo Conselho de Administração.

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Relatório e ata da Reunião Ordinária do Comitê de Auditoria, realizada em 08/05/2026

Presenças: Pedro Wongtschowski, Flávio César Maia Luz, Marcelo Mendonça, Cesar Barros (CTC), Paulo Polezi (CTC), Danilo Santos (CTC), Evandro Ferreira (CTC), Danielle Souza (CTC), Ricardo Pigatto (KPMG).

Deliberações:

(1) Demonstrações financeiras 31 de março de 2026 (KPMG): Ricardo Pigatto (Sócio da KPMG) apresentou a minuta do relatório e o resultado da auditoria às demonstrações financeiras individuais e consolidadas encerradas em 31 de março, afirmando que, deverá ser emitido parecer sem ressalvas.

(2) Apresentação gerencial dos resultados (CTC): Evandro Ferreira apresentou os principais destaques do fechamento da Safra. Apresentou também a análise das Demonstrações Financeiras, bem como, as principais variações entre o resultado real e orçado sem variações significativas.

(3) Apresentação atualização das Políticas Corporativas (CTC): Danilo Santos apresentou as principais alterações nas Políticas Corporativas para adequação regulatória e aderência a novas normas. Os membros do Comitê concordaram em encaminhar os documentos e alterações ao Conselho de Administração.

(4) Acompanhamento dos trabalhos da Auditoria Interna (CTC): Danielle Souza apresentou o acompanhamento dos pontos de auditoria da safra anterior, bem como o modelo de gestão e governança dos apontamentos e respectivos planos de ação. Também apresentou a atualização da Matriz de Riscos Corporativos e a proposta do Plano de Auditoria para a Safra 26/27. Os membros do Comitê decidiram recomendar a Matriz e o Plano de Auditoria ao Conselho de Administração

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

O Comitê de Auditoria do CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A., em cumprimento às disposições legais, declara que revisou e endossa sem ressalvas as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2026, recomendando ao Conselho de Administração a sua aprovação.

Piracicaba, 8 de maio de 2026

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de março de 2026 e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes.

Piracicaba, 27 de maio de 2026

Massimiliano César de Barros Júnior - Diretor Presidente
Paulo Geraldo Polezi - Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores do CTC Centro de Tecnologia Canavieira S.A. declaram que revisaram e discutiram o parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Piracicaba, 27 de maio de 2026

Massimiliano César de Barros Júnior - Diretor Presidente
Paulo Geraldo Polezi - Diretor de Relações com Investidores